André Luis Göttems TRATADO DE LISBOA COMO UMA NOVA ORDEM PARA A UE 2011

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE DIREITO

André Luis Göttems

O TRATADO DE LISBOA COMO UMA POSSÍVEL NOVA
ORDEM CONSTITUCIONAL PARA A UNIÃO EUROPEIA

Passo Fundo
2011

André Luis Göttems

O TRATADO DE LISBOA COMO UMA POSSÍVEL NOVA
ORDEM CONSTITUCIONAL PARA A UNIÃO EUROPEIA

Monografia apresentada ao curso de Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, sob a orientação da professora Me. Patrícia Grazziotin Noschang.

Passo Fundo
2011

Dedico este trabalho:

Primeiramente, à minha mãe, Ivânia, que partiu precocemente para outro plano, deixando muitas saudades, mas também muitas alegrias. Este trabalho foi possível graças aos seus ensinamentos, suas lições e por ter dado as “asas que eu precisava para voar”.

Aos meus irmãos, Andressa e Anderson, por terem contribuído de alguma forma para a execução desta pesquisa e também para que se sintam cada vez mais incentivados pela busca do conhecimento.

E também, ao meu estimado amigo Cláudio Nora, por ter sido um porto-seguro quando necessário e por acreditar na minha capacidade de crescer e evoluir, deixando isso bem claro a cada novo dia.

Agradeço à minha Professora Orientadora, Me. Patrícia Grazziotin Noschang, pela amizade e também pela ajuda e liberdade concedidas na execução deste trabalho.

Às demais pessoas que possibilitaram a sua realização, em especial, aos meus amigos.

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

Luís de Camões

RESUMO

O Tratado de Lisboa conferiu à União Europeia um novo ordenamento jurídico, mais moderno e eficaz, promovendo uma reforma institucional. Sua elaboração, no entanto, deu-se com base no extinto Tratado Constitucional, o qual estabelecia a Constituição Europeia. Houve, com isso, o surgimento de dúvidas no sentido de ser ou não o novo tratado outra tentativa de constitucionalização da União Europeia ou se apenas contribuiu para torná-la mais capaz e eficiente. Considerando tais premissas, serão verificados os motivos que levaram a União Europeia a rejeitar a adoção de uma Constituição única. De outro lado, serão analisados os fundamentos em que se baseou a criação do Tratado de Lisboa, assim como as alterações provocadas por ele no quadro institucional europeu, e, ainda, as inovações que introduziu no âmbito da União Europeia no que concerne à sua atuação no cenário mundial. Busca-se, com tudo isso, demonstrar que o Tratado de Lisboa não implantou uma nova ordem constitucional na União Europeia, apenas reformou as suas instituições, e tornou o grupo mais eficiente na condução e no desenvolvimento de suas políticas de integração.

Palavras-chave: Instituições europeias. Nova ordem constitucional. Tratado Constitucional. Tratado de Lisboa. União Europeia.

LISTA DE ABREVIATURAS

AECL (EFTA): Associação Europeia de Comércio Livre (European Free Trade Association)

BCE: Banco Central Europeu

BEI: Banco Europeu de Investimentos

CAEM (COMECON): Conselho de Auxílio Económico Mútuo (Council for Mutual Economic Assistance)

CDR: Comitê das Regiões

CECA: Comunidade Económica do Carvão e do Aço

CED: Comunidade Europeia de Defesa

CEDH: Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Convenção Europeia dos Direitos do Homem)

CEE: Comunidade Económica Europeia

CEEA (EURATOM): Comunidade Europeia de Energia Atômica (European Atomic Energy Community)

CESE: Comitê Económico e Social

CMUE: Comitê Militar da União Europeia

COREPER: Comitê dos Representantes Permanentes

CPS: Comitê Político de Segurança

EEE: Espaço Económico Europeu

EMUE: Estado Maior da União Europeia

EUROJUST: Unidade Europeia de Cooperação Judiciária

EUROPOL: Serviço Europeu de Polícia

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OECE: Organização Europeia de Cooperação Econômica

PESC: Política Externa de Segurança Comum

SEBC: Sistema Europeu de Bancos Centrais

SME: Sistema Monetário Europeu

TEC: Tarifa Externa Comum

UE: União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	12
1.1 A origem e evolução do fenômeno de integração	12
1.1.1 A organização europeia de cooperação econômica	13
1.1.2 As comunidades europeias	14
1.1.3 A Associação Europeia de Livre Comércio	17
1.2 Os principais tratados europeus	18
1.2.1 A década de 50: os tratados constitutivos das comunidades	19
1.2.2 As primeiras reformas institucionais	22
1.2.3 A fundação dos pilares da União Europeia	24
2 A UNIÃO EUROPEIA: ESTADOS MEMBROS E INSTITUIÇÕES ...	28
2.1 O alargamento do bloco e o processo de adesão	28
2.1.1 O primeiro alargamento	28
2.1.2 O alargamento mediterrânico	30
2.1.3 Os Estados Membros atuais	32
2.1.4 O procedimento para a adesão de um novo membro	32
2.2 As instituições europeias	34
2.2.1 O Conselho Europeu	35
2.2.2 O Conselho da União Europeia	37
2.2.3 O Parlamento europeu	39
2.2.4 A Comissão Europeia	41
2.2.5 O Tribunal de Justiça da União Europeia	43
2.2.6 O Tribunal de Contas europeu	44
2.3 Os órgãos financeiros	45
2.3.1 O Banco Central europeu	45
2.3.2 O Banco Europeu de Investimentos	46
2.4 Outras instituições europeias	47
3 A UNIÃO EUROPEIA APÓS O TRATADO DE LISBOA	48
3.1 O projeto da Constituição europeia	48
3.2 O Tratado de Lisboa	52
3.2.1 Da criação à vigência	52
3.2.2 O reforço da democracia europeia	54
3.2.3 Os direitos e valores consagrados	56
3.2.4 A Europa no contexto mundial	60

CONCLUSÃO 64

REFERÊNCIAS 66

INTRODUÇÃO

A União Europeia, atualmente conhecida como uma superpotência mundial, deu os seus primeiros passos na década de cinquenta, no século XX. Após a devastadora Segunda Guerra Mundial, alguns países europeus, influenciados por grandes líderes políticos com visão de futuro, perceberam que com a reunião de suas forças em prol de um objetivo comum teriam muito mais capacidade de reconstruírem-se e se desenvolver, nos aspectos político, econômico, cultural e social.

Diante de tais considerações, este trabalho monográfico será guiado pela temática de uma possível nova ordem constitucional estabelecida pelo Tratado de Lisboa, a partir de sua entrada em vigor, em dezembro de 2009. Para tanto, considerar-se-ão duas hipóteses. A primeira, que supõe a existência, mesmo que implícita, desse novo regime constitucional europeu com o advento do novo Tratado. E, como contraponto, aquela que o vê apenas como um avanço, uma reforma para a organização, pois esta carecia de meios mais avançados para continuar o seu processo de desenvolvimento.

Visando propiciar aos leitores um entendimento sobre o funcionamento da União Europeia, como método de abordagem será utilizado o método hipotético-dedutivo, uma vez que este permite a análise das duas hipóteses propostas, avaliando, assim, o sistema de funcionamento da União Europeia em face de um sistema constitucional, a fim de verificar alguma similitude. Somando-se a isso, serão utilizados dois métodos de procedimento. Primeiramente, o método histórico, onde será apresentada a criação e a evolução deste grupo econômico. E, posteriormente, o método funcionalista, no que concerne às instituições europeias e demais órgãos.

Os objetivos norteadores desta pesquisa serão, primeiramente, o estudo deste tratado reformador – outra denominação dada ao Tratado de Lisboa e utilizada no decorrer dos capítulos –, com suas inovações e modificações no que concerne ao sistema político-institucional europeu. Como contraponto, serão apresentadas as causas que impediram a vigência do Tratado Constitucional, para que, ao final, seja possível verificar se esta nova ordem constitucional europeia de fato existe, mesmo que implicitamente, uma vez que o Tratado de Lisboa teve como base de elaboração o tratado extinto.

Para possibilitar o alcance desses objetivos, este trabalho monográfico está dividido em três capítulos. No primeiro serão expostos os fatos históricos da organização, tendo como marco inicial os ideais dos principais incentivadores da integração como, por exemplo,

Winston Churchill, Robert Schuman e Jean Monet, que deram início ao processo integracionista. Logo após, procede-se a análise das primeiras organizações europeias, como a Organização Europeia de Cooperação Econômica e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, juntamente com os seus respectivos tratados constitutivos, haja vista que a União Europeia tem os tratados como fonte principal de seu ordenamento jurídico.

No segundo momento, é apresentada a União Europeia atual. No início do capítulo são expostos os principais alargamentos ocorridos até os dias de hoje, bem como o funcionamento desta política de adesão e seus requisitos. Posteriormente, é explanado o sistema institucional europeu, fazendo-se a análise das principais instituições, como o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia, dentre outras, identificando suas peculiaridades, suas composições, atribuições e atuação dentro da União.

Por fim, no capítulo final, a pesquisa se dedica ao estudo de dois importantes tratados europeus, o Tratado Constitucional e do Tratado de Lisboa, sendo este o foco principal do presente trabalho. Apresenta-se a tentativa de constitucionalização da União Europeia com a criação do Tratado Constitucional, que, por sua vez, teve sua vigência rejeitada. Para compensar este infortúnio, decide-se pela criação do Tratado de Lisboa, com base no extinto tratado anterior, com o fim de continuar o processo de modernização e preparo da União Europeia para novos desafios, tema que será exposto no final do capítulo.

Pelo fato de conter estes institutos e políticas singulares diante de outras organizações internacionais, a União Europeia torna-se, a cada dia, objeto de estudo de vários pesquisadores, como no caso do presente trabalho. Aliás, outro fator relevante para o desenvolvimento desta pesquisa foi o incentivo do estimado Doutor Florisbal de Souza Del Olmo, professor de Direito Internacional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, que apresentou a problemática sobre a questão constitucional do Tratado de Lisboa. Além disso, a falta de pesquisas e materiais sobre esta nova temática também justifica o interesse pelo tema deste trabalho.

Trata, portanto, o presente estudo, de uma análise da atual sistemática da União Europeia, buscando-se, desta forma, subsídios fáticos para verificar se há a vigência desse novo ordenamento constitucional no grupo. Ou se, por outro lado, o Tratado de Lisboa foi apenas um instrumento de modernização da organização, visto que, até a sua entrada em vigor, no final do ano de 2009, a grande maioria das normas europeias mantinha-se inalterada desde a década de cinquenta do século passado, quando surgiu o processo de integração, e, conseqüentemente, tornaram-se ultrapassadas e incapazes de acompanhar os desafios correntes desse novo século.

1 O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia é fruto de um trabalho em conjunto dos Estados Europeus buscando uma aproximação econômica, política e social, com o intuito de fortalecer e retomar o prestígio do continente europeu no cenário mundial após as Grandes Guerras Mundiais, principalmente após o término da Segunda Guerra, quando a Europa mergulhou em um grave quadro de ruína alastrado por todo o seu território.¹

1.1 A Origem e evolução do fenômeno de integração

Diante dessa situação de devastação quase total, as potências europeias começam a desenvolver as alianças, algumas já firmadas durante o período de guerra, dando

passos além da cooperação estritamente intergovernamental num processo gradativo de reconstrução de suas identidades: acirrando a integração já existente em face da ausência de fronteiras naturais e da intensa atividade socioeconômica, os governos desses Estados procuraram preservar a estabilidade doméstica e garantir o bem-estar de suas populações, mas, simultaneamente, sua autonomia vinha sendo gradativamente limitada por uma estrutura de instituições internacionais.²

Winston Churchill foi um dos precursores na militância para a união dos Estados europeus, principalmente com a participação de Alemanha e França. Ao proferir seu discurso na Universidade de Zurique, em 1946, o ex Primeiro-Ministro apela à criação de uma espécie de “Estados Unidos da Europa”, agradando à opinião pública e também aos dirigentes europeus, visto que já ocorriam movimentos em diversos países visando à criação de uma Federação Europeia.³

¹ EUROPA. **A Europa em 12 lições:** Porquê a União Europeia?. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_1/index_pt.htm>. Acesso em: 3 out. 2010.

² JESUS, Diego Santos Vieira de. **Os processos de partilha da soberania na União Européia.** Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 52, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2010.

³ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia:** a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 211.

Outro fato relevante na formação da União Europeia foi a modificação da política de apoio dos Estados Unidos aos países da Europa. Essa nova proposta

foi anunciada pelo Secretário de Estado George Marshall num discurso proferido em 5 de junho de 1947 na Universidade de Harvard e deu origem ao que ficou conhecido como Plano Marshall. O governo americano propunha-se a criar uma Economic Cooperation Administration (ECA) para gerir a ajuda à Europa.⁴

Na sequência acontece a Conferência de Paris, realizada pelos países que aceitaram a nova oferta americana. A partir desta reunião decidiu-se pela criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica, com o escopo de administrar os recursos disponibilizados.⁵

Ressalte-se que esta nova organização não contou com a participação da União das Repúblicas Socialistas Soviética, que mais tarde se associaria a outra organização, o Conselho de Auxílio Econômico Mútuo – CAEM ou COMECON –, fazendo um contraponto à OECE.⁶

1.1.1 A Organização europeia de cooperação econômica

A fundação da OECE deu-se efetivamente em 1948, através do Tratado de Paris, envolvendo Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia, que participaram da Conferência de Paris entre julho e setembro de 1947.⁷

Essa organização promoveu avanços consideráveis para os países europeus, pois o quadro na Europa era de destruição em virtude da guerra. A partir da OECE, vários países começaram a reerguer-se, impulsionando o progresso econômico.⁸

A criação da OECE era tida como um dos requisitos para o acesso ao capital financeiro norte-americano do Plano Marshall por parte dos países europeus, sendo que esse capital deveria ser destinado à reconstrução econômica dos países que aceitaram participar desse plano.⁹

⁴ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Lisboa: Presença, 2010. p. 65.

⁵ D'ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 15.

⁶ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Lisboa: Presença, 2010. p. 66.

⁷ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Lisboa: Presença, 2010. p. 65.

⁸ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 21.

⁹ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia: a organização internacional e o federalismo em questão**. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 216.

Essa organização dos países europeus teve grande destaque ainda, pois

a OECE foi a que desempenhou um papel mais central no arranque do projecto de integração europeia, particularmente no domínio económico. Na verdade foi no seu contexto que se desencadearam iniciativas de cooperação, não só para utilização da ajuda americana, mas também no que respeita a todos os aspectos da vida económica, em especial nos domínios monetário e comercial.¹⁰

No entanto, diante do término da vigência do Plano Marshall e também do surgimento de duas Comunidades, que não englobavam alguns membros da OECE, essa organização tornou-se ultrapassada.¹¹

Sendo assim, em 1960, os Estados-membros, incluindo agora a Espanha, que se associou em 1957, decidiram pela extinção da OECE para dar lugar à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico – OCDE, contando como membros, inicialmente, os dezoito países que participavam da OECE, juntamente com Canadá e Estados Unidos. Passaram, assim, a constituir uma organização de cooperação econômica que englobou países industrializados não europeus com economias de mercado altamente desenvolvidas.¹²

Em contraponto a OECE, os países que rejeitaram a ajuda americana, tais como,

Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Romênia e União Soviética [...] fundaram, em 1949, o Conselho de Auxílio Económico Mútuo (CAEM) também conhecido como COMECON, que se tornaria a organização de cooperação econômica entre os países de economia de direção central com regime político de ditadura partidária comunista.¹³

Esta entidade tinha carácter intergovernamental e as decisões fundamentais eram tomadas por unanimidade pelo Conselho e executadas pelo Comitê Executivo e outras organizações subordinadas. Sua eficiência era diretamente ligada às relações entre a União Soviética e o restante dos membros.¹⁴

¹⁰ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 69.

¹¹ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 72.

¹² D'ARCY, François. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 15.

¹³ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 66.

¹⁴ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 66.

1.1.2 As comunidades europeias

Em 9 de maio de 1950 o ministro francês de Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, apresentou o seu plano de cooperação entre os países europeus – Declaração Schuman – que fora elaborado baseando-se nas diretrizes traçadas pelo consultor econômico e político francês Jean Monnet, buscando também o fim da rivalidade histórica entre França e Alemanha.¹⁵

O “Plano Schuman” propunha a criação de uma organização internacional, sob o controle de uma alta autoridade comum, reunindo a produção alemã e francesa de carvão e do aço, sendo um meio de concretização da paz entre esses dois rivais históricos, mas também aberta à participação de outros países.¹⁶

Sendo assim, diante da impossibilidade de aprofundamento da cooperação econômica da OEEC devido a divergências relativas ao domínio comercial, e motivados pela proposta de Robert Schumann, a República Federal da Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos, geralmente conhecidos como “os seis”, decidem avançar no sentido de formar um mercado comum para o setor do carvão e do aço, assinando, em abril de 1951, o Tratado de Paris, que instituiu a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço – CECA.¹⁷

A instituição da CECA possuía três metas fundamentais. A primeira, de caráter político-pacificador, uma vez que era voltada para a solução dos conflitos históricos entre Alemanha e França. A segunda, voltada ao setor econômico, pois visava resolver ou reorganizar a siderurgia europeia. E, finalmente, aquela destinada à integração, com a unificação europeia baseada em novos moldes, superando as fórmulas clássicas existentes até então.¹⁸

Essa nova organização internacional, portanto, tinha um caráter de supranacionalidade, isto é, os Estados-membros cediam parte de sua soberania à alta autoridade, que era o Executivo da Comunidade. Sua atuação contava com o auxílio da Assembleia Parlamentar, incumbida do controle e fiscalização das atividades da CECA. O Conselho de Ministros era o órgão encarregado de harmonizar as decisões da alta autoridade com as políticas econômicas

¹⁵ EUROPA. Símbolos da União Europeia. 9 de Maio, Dia da Europa. Declaração Schuman de 9 de Maio. Disponível em: <http://europa.eu/abc/symbols/9-may/decl_pt.htm>. Acesso em: 5 out. 2010.

¹⁶ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Europeia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 222.

¹⁷ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p.72.

¹⁸ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Europeia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p.221.

dos Estados-membros. Por fim, o Tribunal de Justiça possuía a função de resolução dos conflitos relativos à aplicação do Tratado constitutivo.¹⁹

Ainda durante a entrada em vigor do primeiro Tratado de Paris, que instituiu a CECA, os mesmos “seis” já haviam assinado, em 27 de maio de 1952, um segundo Tratado de Paris, instituindo desta vez a Comunidade Europeia de Defesa – CED – aproveitando o potencial militar da República Federal da Alemanha na defesa comum dos membros contra uma possível investida soviética.²⁰

Devido à forte oposição de forças políticas francesas, lideradas principalmente pelo general Charles de Gaulle, à ratificação da CED, este avanço da cooperação política e militar entre os países membros não obteve êxito. Com isso, decidiu-se devolver à Alemanha o direito de organização de sua força militar. Por conta da rejeição francesa, essa nova empreitada de caráter militar jamais obteria êxito, sendo, por isso, extinta.²¹

O fracasso dessa organização internacional voltada à defesa significou um sério retrocesso no processo de unificação europeia. No entanto, em 1955, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da CECA retomaram as negociações de cooperação, realizando a Conferência de Messina²²,

a qual abriu caminho a negociações visando o alargamento do esquema de mercado comum experimentado para os setores do carvão e do aço na CECA ao conjunto da economia, e muito particularmente ao setor de ponta que era a utilização da energia atômica para fins pacíficos (em especial, produção de energia), por ocasião à sua utilização para fins militares.²³ (grifo ao autor)

Para a elaboração dos tratados relativos às novas organizações foi criada uma comissão, presidida pelo Ministro belga Paul Henri Spaak, a qual apresentou relatório que serviu de base às negociações para a criação de uma organização voltada para a área econômica – futura Comunidade Econômica Européia – e outra, voltada pra a área de energia – EURATOM –, rascunhando os tratados que viriam a ser assinados em 1957, em Roma.²⁴

A Comunidade Econômica Europeia – CEE – criada em 1958 por um dos Tratados de Roma, tinha sua atividade voltada ao sistema político-econômico, tendo como principal objetivo o estabelecimento de uma liberdade de circulação dos cidadãos europeus, bem como

¹⁹ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p.13.

²⁰ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 73.

²¹ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 21.

²² BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia: as origens e o desenvolvimento da União Europeia**. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 10.

²³ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 74.

²⁴ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia: as origens e o desenvolvimento da União Europeia**. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 10.

de mercadorias, serviços e capitais. Previa, ainda, a instituição de uma união aduaneira contra terceiros países, com a criação da Tarifa Externa Comum – TEC – restringindo a autonomia de seus membros nessa esfera tributária.²⁵

Instituída pelo outro Tratado de Roma, a Comunidade Europeia de Energia Atômica – CEEA ou EURATOM²⁶ – visava levar os seus países membros, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda e Luxemburgo, à independência energética, haja vista que até então, o petróleo, principal fonte de energia, era importado de outros países. Sendo assim, o desenvolvimento de energia atômica, para fins pacíficos, supriria a falta das energias tradicionais e também acarretaria o desenvolvimento da indústria desse setor.²⁷

Devido ao fato de a CEE e a EURATOM terem sido criadas na mesma época e local, pelos respectivos Tratados de Roma, ambas sustentavam-se pela mesma base institucional, formada pelo Conselho de Ministros, pela Comissão e pelo Parlamento Europeu. O Conselho de Ministros, órgão intergovernamental, detinha o maior poder de decisão. A Comissão, por sua vez, possuía caráter supranacional, com poder legislativo e zelava pela aplicação das regras acordadas, dispondo de meios para controlar os Estados-membros e também as empresas. Por fim, o Parlamento Europeu, que emitia pareceres e concentrava atividades nas duas Comunidades – CEE e EURATOM.²⁸

Além dessas, um Tribunal de Justiça, que deveria ser instituído segundo o Tratado da CEE, também exerceria função jurisdicional comum a estas duas Comunidades e o Comitê Econômico e Social, que representa a sociedade civil, teria atribuições meramente consultivas. Este compartilhamento institucional torna-se ainda mais eficaz com o advento do Tratado de Fusão em 1965.²⁹

1.1.3 A Associação Europeia de Livre Comércio

Em contraposição ao processo de unificação aduaneira em desenvolvimento na Europa, os outros países integrantes da OECE – Inglaterra, Portugal, Dinamarca, Noruega, Suécia, Áustria e Suíça, iniciaram negociações para a constituição entre si de uma zona de

²⁵ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 228.

²⁶ European Atomic Energy Community.

²⁷ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 225.

²⁸ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 20.

²⁹ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 21.

livre comércio para produtos industriais durante a Convenção de Estocolmo em 1960, da qual se originou a Associação Europeia de Comércio Livre – AECL ou EFTA^{30,31}.

Aqueles países assinaram o Tratado, constituindo, assim, esta organização de caráter exclusivamente intergovernamental, com regras de decisão e votação semelhantes às adotadas pela OECE, com o escopo de instituir uma zona de livre comércio para produtos industriais, sem qualquer restrição entre os blocos econômicos.³²

Seu objetivo principal era criar uma vasta zona de livre comércio na Europa. Essa era uma maneira de os países membros não ficarem isolados diante do processo de integração que já vinha ocorrendo, e que poderia prejudicá-los se o enfrentassem de forma isolada. Para tanto, a AECL e as Comunidades Europeias firmaram um tratado entre si, criando um Espaço Econômico Europeu – EEE, tendo “como objetivos específicos a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, bem como a colaboração estreita em diversos outros domínios”³³, oportunizando, ainda, a adesão dos países da AECL às Comunidades.³⁴

1.2 Os principais tratados europeus

Para verificar com mais precisão a organização e o funcionamento da União Europeia é necessário analisar os institutos dos tratados, haja vista serem estes a fonte primária do direito comunitário europeu. Tais normas fornecem as bases institucionais das comunidades europeias, estabelecendo, ainda, os princípios fundamentais que as regulam, pois estas não possuem Constituições escritas.³⁵

Sendo assim, os tratados desempenham a função de Constituições das Comunidades Europeias – direito comunitário originário – porque suas leis, por serem fundamentais, são obrigatórias, vinculando as instituições comunitárias às suas coletividades e também seus Estados-membros. Diferentemente do direito comunitário derivado, que pode ser revogado ou modificado pelas instituições comunitárias.³⁶

³⁰ European Free Trade Association.

³¹ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p.76.

³² VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p.77.

³³ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p.231.

³⁴ KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. p.230.

³⁵ FORTE, Umberto. **União Européia – Comunidade Econômica Européia**: Direitos das Comunidades Européias e harmonização fiscal. São Paulo, 1994. p. 30.

³⁶ FORTE, Umberto. **União Européia – Comunidade Econômica Européia**: Direitos das Comunidades Européias e harmonização fiscal. São Paulo, 1994. p. 32.

Em outras palavras, pode-se afirmar que o direito constitucional das comunidades europeias é

composto pelos Tratados comunitários, pelas modificações agregadas a tal direito comunitário originário, autorizadas pelos Tratados, e, complementarmente, pelos princípios fundamentais de direito dos Estados membros e pelas normas fundamentais do direito internacional.³⁷

Observa-se, então, que a característica principal dos tratados é a de que estes contêm as disposições sobre as quais as instituições das comunidades elaboram normas possibilitando a aplicação daquelas, com o fim de alcançar os objetivos do acordo.³⁸

As principais comunidades europeias foram criadas a partir de tratados elaborados na década de cinquenta, quando o processo de integração decolou. Dentre os precursores estão o Tratado de Paris, de 1951, e o Tratado de Roma de 1957, que serão analisados a seguir, juntamente com os seus sucessores.

1.2.1 A década de 50: os tratados constitutivos das comunidades

Em 18 de abril de 1951 a Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos firmaram o Tratado de Paris que entrou em vigor em 23 de julho de 1952, com vigência de cinquenta anos. Este Tratado foi o responsável pela criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, marcando o início da integração europeia.³⁹

No campo institucional, o Tratado de Paris criava quatro instituições: o Conselho de Ministros, a Alta Autoridade (Comissão), a Assembleia Parlamentar (Parlamento Europeu), e o Tribunal de Justiça. Dotadas de poderes supranacionais, efetivos e imediatos.⁴⁰ Instituições voltadas à realização desse ambicioso projeto de cooperação que reunia, de um lado, interesses políticos, e, de outro, interesses econômicos dos países signatários, tendo como objetivos principais:

a) criação de um mercado comum ao setor do carvão e do aço; b) livre circulação de fatores no âmbito setorial; c) aspiração política de contribuir com o desenvolvimento

³⁷ FORTE, Umberto. **União Européia – Comunidade Econômica Européia: Direitos das Comunidades Europeias e harmonização fiscal.** São Paulo, 1994. p. 34.

³⁸ FORTE, Umberto. **União Européia – Comunidade Econômica Européia: Direitos das Comunidades Europeias e harmonização fiscal.** São Paulo, 1994. p. 35.

³⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação.** Curitiba: Juruá, 1999.

⁴⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação.** Curitiba: Juruá, 1999. p.95.

da África como forma de recuperação dessa antiga potência colonial; d) estabelecimento de uma federação européia.⁴¹

O Tratado de Paris teve vigência até 23 de julho de 2002, quando caducou. Durante esse período de tempo sofreu inúmeras modificações com o objetivo de encaixar-se ao desenvolvimento do processo de integração europeu. Suas regras foram aos poucos sendo incorporadas ao Tratado que institui a União Europeia e ao Tratado de Nice, adaptando-se à nova realidade.⁴²

Diante do fracasso da constituição da Comunidade Europeia de Defesa, “os seis” países membros da CECA, reuniram-se em uma conferência em Messina, para estudar um projeto de uma união econômica europeia, elaborado por Paul Henri Spaak, o chamado Relatório Spaak. A partir dessas negociações resolveu-se pela criação de duas novas comunidades, uma voltada para o fomento econômico – CEE – e outra voltada para o desenvolvimento da energia atômica – EURATOM – que foram instituídas a partir da assinatura de dois Tratados em Roma, em 25 de março de 1957.⁴³

O primeiro Tratado, que instituiu a EURATOM, buscava estabelecer condições para o desenvolvimento rápido e eficiente das indústrias nucleares europeias, tendo como metas:

a) desenvolver a investigação e difusão dos conhecimentos técnicos; b) fixar normas de segurança, proteção sanitária da população e dos trabalhadores; c) facilitar os investimentos; d) vela para o abastecimento regular; e) garantir a utilização pacífica dos materiais nucleares; f) criar um mercado comum com garantia à livre circulação dos trabalhadores, materiais e equipamentos e capitais para os investimentos nucleares.⁴⁴

Enquanto isso, o Tratado constitutivo da Comunidade Econômica Europeia objetivava principalmente a criação de um mercado comum e a progressiva aproximação das políticas econômicas, fundando-se em quatro liberdades necessárias para o mercado comum, tais como a liberdade de circulação de mercadorias em regime de competência leal, a liberdade de circulação de pessoas e serviços, a liberdade de estabelecimento e a liberdade de capitais.⁴⁵

Considerando o fato de terem sido assinados na mesma ocasião, os Tratados CEE e EURATOM criaram instituições comuns às duas Comunidades, dentre as quais a Assembleia Parlamentar e o Tribunal de Justiça, além de um terceiro chamado de Comitê Econômico e

⁴¹ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia**: processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. p. 94.

⁴² RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p.16.

⁴³ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia**: processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. p. 96.

⁴⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia**: processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. p. 97.

⁴⁵ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia**: processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. p. 98

Social, previsto no Tratado CEE, de cunho consultivo, com a finalidade de representar a sociedade civil.⁴⁶

A Assembléia Parlamentar era composta por representantes dos parlamentos nacionais, passando, a partir do ano de 1979, a ter seus membros eleitos pelo sufrágio universal e direto. Seus parlamentares,

[...] dispunham da clássica competência de controle político, incluído o poder de moção de censura sobre a Comissão, devendo ser consultada nos poucos casos dispostos nos Tratados de constituição, em caráter prévio à adoção de norma comunitária.⁴⁷

O Tribunal de Justiça⁴⁸ era o órgão encarregado de garantir os direitos dos particulares, de controlar a uniformidade na interpretação e aplicação dos Tratados aos atos de direito derivado destes. Além dessas, os tratados constitutivos estabeleceram duas outras figuras institucionais de grande importância, a saber, o Conselho de Ministros e a Comissão.⁴⁹

O Conselho de Ministros concentrava o maior poder de decisão de caráter intergovernamental e era composto por representantes dos governos dos Estados-membros da Comunidade, sendo assistido por um Comitê dos Representantes Permanentes – COREPER –, que era o responsável pela elaboração de trabalhos e execução dos mandatos conferidos pelo Conselho de Ministros.⁵⁰

Já a Comissão era uma instituição de caráter supranacional semelhante à Alta Autoridade da CECA. Era formada por representantes dos governos nacionais, nomeados de comum acordo entre os Estados-membros, tendo poder de execução das políticas comuns e ainda, a função de zelar pela aplicação das regras acordadas, dispondo de meios para o controle dos Estados-membros, bem como das empresas.⁵¹

1.2.2 As primeiras reformas institucionais

⁴⁶ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p.21.

⁴⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 98.

⁴⁸ Usar-se-á a denominação “Tribunal de Justiça” durante a explanação sobre a história da União Européia, pois é como os Tratados se referiam a tal instituição. Ressalte-se que, a partir da vigência do Tratado de Lisboa, a expressão Tribunal de Justiça, foi substituída por Tribunal de Justiça da União Européia.

⁴⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 99.

⁵⁰ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 20.

⁵¹ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p.20.

Também denominado de Tratado de Fusão dos Executivos, o Tratado de Bruxelas estabeleceu instituições únicas para as três Comunidades Europeias. Iniciou, assim, uma nova etapa do processo de integração na Europa, com a eliminação das tarifas ao comércio entre os Estados-membros, através do estabelecimento de uma Tarifa Exterior Comum – TEC.⁵²

Em dezembro de 1969, realizou-se, em Haia, a Cumbre de Chefes de Estado e de Governo, da qual surgiram as seguintes conclusões: “a) iniciar a união econômica e monetária; b) reforçar as instituições comuns, concedendo mais capacidade decisória ao Parlamento Europeu; c) ampliar a Comunidade Européia; d) estipular a cooperação política.”⁵³

Resumidamente, o Tratado de Bruxelas fez com que a Alta Autoridade da CECA, a Comissão da CEE e os três Conselhos de Ministros fossem substituídos por um Conselho único e por uma Comissão única, reunindo as três Comunidades sob uma só administração, regulada por um ordenamento jurídico comunitário, e ainda, contando com orçamento único para seu funcionamento. No entanto, as Comunidades permaneceram com personalidades jurídicas distintas.⁵⁴

Conforme previa o Tratado de Roma, o processo de integração europeu realizar-se-ia por etapas, dentro das diretrizes de Robert Schuman, que previam a definição e a aplicação das políticas comuns e a concretização das liberdades fundamentais. Metas, que por sua vez, estavam estagnadas.⁵⁵

Além disso, o processo de integração europeia atravessava uma fase de dificuldades ligadas ao funcionamento do mercado comum, bem como à insuficiência de liberalização dos movimentos de capitais, juntamente com deficiências na coordenação das políticas econômicas, e ainda, à insignificância do orçamento comunitário, dentre outras, que acabavam por frear o desenvolvimento comunitário.⁵⁶

Esse quadro de desgaste no processo integracionista foi o alvo do Tratado do Ato Único, assinado em 1986, executando este, pela primeira vez, uma reforma nas disposições do Tratado de Roma. Além do mais, o Ato Único, tinha como objetivo a criação de uma União Europeia, pois seu texto

⁵² OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação.** Curitiba: Juruá, 1999. p. 100.

⁵³ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação.** Curitiba: Juruá, 1999. p. 101.

⁵⁴ FORTE, Umberto. **União Européia – Comunidade Econômica Européia: Direitos das Comunidades Européias e harmonização fiscal.** São Paulo, 1994. p. 40.

⁵⁵ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade.** Curitiba: Juruá, 2000. p. 35.

⁵⁶ CUNHA, Paulo de Pita. **Integração Europeia: Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários.** Lisboa: Tipografia Lousanense: 1993. p. 390.

introduzia profundas modificações no quadro institucional da Comunidade, conferindo ao Parlamento Europeu, em conjunto com o Conselho e com a participação activa da Comissão, o exercício do “poder legislativo”. Declarava expressamente que o direito da união é directamente aplicável nos Estados membros e prevalece sobre os direitos nacionais.⁵⁷ (grifo do autor)

Como visto, o Tratado do Ato Único foi uma das principais reformas nos Tratados e organizações já existentes na Europa, uma vez que seu texto atingiu as instituições comunitárias, criando um novo quadro de competências para estas e para os Estados-membros em prol da Comunidade.⁵⁸

Ainda no campo institucional, o Ato Único promoveu modificações nas regras de votação no âmbito do Conselho, aumentando, dessa forma, os casos em que este órgão decide por maioria qualificada, contando, para isso, com a cooperação do Parlamento Europeu. Além disso, atribuiu novas competências de execução à Comissão e atentou à possibilidade do estabelecimento de uma jurisdição de primeira instância para o Tribunal de Justiça.⁵⁹

Outra modificação fundamental trazida pelo Tratado do Ato Único foi representada por um dos objetivos mais almejados dentro do processo de integração, que era a instituição de um mercado interno, eliminando os obstáculos tarifários, além de outras barreiras físicas, técnicas e fiscais. Definiu, assim, um espaço sem fronteiras, guiado pelos seguintes objetivos:

a) estabelecimento de um grande mercado sem fronteiras, como meta maior; b) adoção das políticas estruturais e de apoio às regiões mais atrasadas; c) cooperação monetária e de investigação e tecnologia; d) dimensão social; e) proteção ao meio ambiente.⁶⁰

Resumidamente, o Ato Único Europeu mostrou-se como uma das mais importantes reformas nas Comunidades já existentes, tendo verdadeiro carácter constitucional. Ampliou os objetivos fundamentais da instituição das Comunidades, estabelecendo metas para a concretização do mercado único até 31 de dezembro de 1992. Essas reformas e modificações conduziram a Europa para a próxima fase do processo de integração, que ocorreu com o advento do Tratado de Maastricht.⁶¹

⁵⁷ CUNHA, Paulo de Pita. **Integração Europeia: Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários**. Lisboa: Tipografia Lousanense: 1993. p. 391.

⁵⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 116.

⁵⁹ CUNHA, Paulo de Pita. **Integração Europeia: Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários**. Lisboa: Tipografia Lousanense: 1993. p. 391.

⁶⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 116.

⁶¹ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 118.

1.2.3 A fundação dos pilares da União Europeia

O Tratado de Maastricht foi assinado em 7 de fevereiro de 1992, em Maastricht, na Holanda, entrando em vigor em 1º de novembro de 1993, implantando um novo modelo de cooperação entre os governos dos Estados-membros. Esta nova cooperação intergovernamental, tanto no âmbito político como econômico, assentava-se em uma estrutura formada por três “pilares”.⁶²

O primeiro pilar era formado pelas Comunidades e representava a União Europeia propriamente dita. Seus objetivos tinham

finalidade ampla, relativa ao progresso econômico e social equilibrado e sustentável e que se relaciona com a criação de um espaço sem fronteiras e a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais fixada no Tratado do Roma (1957) e completada no Tratado do Ato Único Europeu (1986), somando-se os objetivos de fortalecimento da coesão econômica e social e o estabelecimento da união econômica e monetária e sua moeda única.⁶³

O segundo pilar concretizava uma Política Exterior e de Segurança Comum, correspondendo “a um aprofundamento da cooperação em matéria de política externa formalmente introduzida pelo segundo Tratado de Bruxelas (Ato Único Europeu) entrado em vigor em 1987.”⁶⁴

O terceiro pilar tratava da cooperação nos assuntos internos e de justiça, configurando uma nova matéria de cooperação entre os Estados-membros, com objetivo voltado

à criação da cidadania da União Europeia, com a finalidade de proteger direitos e interesses dos seus nacionais. Só um nacional de um Estado-membro pode ser cidadão da Comunidade Europeia e somente enquanto manter essa qualidade. Trata-se de uma cidadania dinâmica e evolutiva, um complemento, não constitui um substitutivo das nacionalidades dos Estados-Membros.⁶⁵

Outra alteração do Tratado de Maastricht dizia respeito aos procedimentos de decisão nos órgãos da Comunidade Europeia. Passou-se a adotar o método de co-decisão, implicando uma decisão conjunta do Conselho e do Parlamento, frente às propostas da Comissão,

62 COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como funciona a União Europeia:** um guia sobre as instituições da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003. p. 5.

63 OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Europeia:** processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. p. 119.

64 VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia.** Presença: Lisboa, 2010. p. 104.

65 OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Europeia:** processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. p. 119.

juntamente como o método da consulta, isto é, a manifestação da opinião do Parlamento sem a possibilidade de alterar ou rejeitar a proposta.⁶⁶

Note-se, por fim, que este Tratado representou um grande salto no desenvolvimento comunitário europeu, organizando de modo coerente as relações entre os Estados-membros e entre estes e seus cidadãos.⁶⁷

O Tratado de Maastricht previa, em seu próprio texto, sua revisão, que aconteceu na forma da Conferência Intergovernamental de 1996, da qual se originou o Tratado de Amsterdam, assinado em 1997, com o foco de consolidar os três pilares que sustentavam a União Européia desde a entrada em vigor do Tratado de Maastricht.⁶⁸

O Tratado de Amsterdam visava ainda criar novas políticas que possibilitassem à Europa acomodar as novas relações de forças que se configurariam na União com a entrada de novos membros, preparando-se para uma quinta ampliação, uma vez que, “os Estados do Centro e do Leste da Europa, entre outros, aguardam a oportunidade dessa adesão junto à União Européia.”⁶⁹

Dentre todos os seus objetivos, destacaram-se:

a) fazer do emprego e dos direitos do cidadão o ponto fulcral da União; b) suprimir os últimos entraves à livre circulação e reforçar a segurança; c) permitir que a Europa faça ouvir melhor sua voz no mundo; e d) tornar mais eficaz a arquitetura institucional da União, tendo em vista o próximo alargamento.⁷⁰

Este último objetivo tem grande relevância no aperfeiçoamento da integração europeia, pois o sistema institucional da organização continuava o mesmo de quarenta anos atrás, quando os Estados-membros eram apenas seis. As instituições, portanto, necessitavam ser remodeladas e modernizadas para acompanhar a nova configuração da União Europeia.⁷¹

Além dos objetivos acima, o Tratado de Amsterdam visava aproximar a União Europeia de seus cidadãos, implementando, para isso, a livre circulação destes no espaço comunitário, e ainda, possibilitar que os Estados-membros estreitassem a cooperação entre si.⁷²

Na busca de aperfeiçoar ainda mais o processo de unificação europeu, anos mais tarde, precisamente no ano de 2001, foi assinado o Tratado de Nice, com vigência a partir de

⁶⁶ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 104.

⁶⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999.

⁶⁸ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 40.

⁶⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 120.

⁷⁰ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 40.

⁷¹ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 42.

⁷² RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 48.

fevereiro de 2003. Este novo ordenamento veio alterar os tratados anteriores, “desenvolvendo o sistema institucional da UE de modo a permitir um funcionamento eficaz após o grande alargamento a realizar em 2004.”⁷³

Sua criação tinha o intuito de resolver as questões pendentes do Tratado de Amsterdam no que concerne ao alargamento do bloco. Visava simplificar os procedimentos de cooperação, revendo questões institucionais voltadas para a promoção do alargamento, tais como, a composição da Comissão, a ponderação dos votos no Conselho e a adoção do sistema de votação por maioria qualificada.⁷⁴

Na verdade, o principal foco da revisão institucional era a nova distribuição do poder dentro do bloco, pois até então, a União Europeia era formada por quinze membros, e, a partir de 2004, contava com mais dez Estados. Sendo assim, o novo quadro de países da União Europeia era constituído por seis países grandes e dezenove pequenos, o que provocava certo temor dos Estados mais poderosos, uma vez que o processo de integração poderia passar ao comando dos países menores. Para evitar que isso ocorresse, “o Tratado de Nice foi elaborado para preencher as lacunas institucionais que poderiam ser usadas a favor dos Estados menores e mais numerosos”⁷⁵.

Institucionalmente, o Tratado de Nice alterou a composição da Comissão Europeia, reforçando as competências de seu Presidente e alterou o modo de nomeação de seus membros. O Parlamento Europeu teve alterado o número de deputados por Estado-membro e ampliado o procedimento de co-decisão. No que concerne ao Conselho da União Europeia, houve uma nova ponderação dos votos e distribuição do peso dos Estados a favor dos mais populosos.⁷⁶

De outro lado, o Tratado de Nice estipulou medidas que facilitariam a extinção da CECA, através da caducidade do Tratado de Paris, vigente desde 1952. Sua ratificação encontrou obstáculos como a rejeição da Irlanda em um primeiro referendo, sendo aprovado em uma segunda consulta à população, após sofrer modificações referentes ao processo de cooperação.⁷⁷

73 COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 6.

⁷⁴ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 48.

⁷⁵ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 48.

⁷⁶ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 48.

⁷⁷ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 128.

Como visto no decorrer do capítulo, os tratados são a fonte do direito comunitário europeu, e também, os responsáveis pelos avanços da União Europeia. Os Tratados de Roma, por exemplo, instituíram a matriz do atual sistema institucional europeu e o Tratado de Amsterdam, por outro lado, preparou a União Europeia para o seu alargamento.⁷⁸, fatos que serão objeto de estudo a partir de agora.

⁷⁸ D'ARCY, François. **União Européia**: instituições, políticas e desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 45.

2 A UNIÃO EUROPEIA: ESTADOS MEMBROS E INSTITUIÇÕES

Uma das justificativas para a elaboração do Tratado de Lisboa⁷⁹ foi o aumento do número de Estados-membros da União Europeia, principalmente após a assinatura do Tratado de Maastricht, “que deixou as portas abertas para os demais países da região que desejassem se tornar membros da União”⁸⁰.

2.1 O alargamento do bloco e o processo de adesão

A Comunidade Econômica Europeia, atualmente denominada Comunidade Europeia, composta inicialmente por seis países, passou a contar, a partir de 2007, com vinte e sete Estados-membros, em virtude dos alargamentos ocorridos desde a década de 70.⁸¹ Passa-se, agora, à análise desses acontecimentos, bem como do processo de adesão de um novo membro à União.

2.1.1 O primeiro alargamento

O primeiro alargamento da Comunidade Econômica Europeia ocorreu em janeiro de 1973, com a adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca. Estes assinaram seus tratados de adesão no ano anterior, num processo que começou na cimeira de Haia, e foi concluído, após vários obstáculos, em 1975.⁸² Desta forma,

a Europa dos Seis se tornou a *Europa dos Nove*, o que sem dúvida produziu maior pujança econômica no continente, tendo-se, seis anos após a adesão desses últimos três, homologado a criação do Sistema Monetário Europeu (SME).⁸³ (grifo do autor)

A adesão do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia foi de grande importância para a consolidação desta Comunidade, haja vista que os britânicos sempre ostentaram uma postura cética em relação à integração europeia, preferindo que as relações

⁷⁹ O Tratado de Lisboa será abordado por completo no último capítulo, pois é o objetivo principal do trabalho. No entanto, é preciso mencioná-lo em certos pontos, pois vigora desde 1º de dezembro de 2009.

⁸⁰ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 42.

⁸¹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 28.

⁸² VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 92.

⁸³ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Européia como Signo**: da superação dos dogmas do Estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 12.

entre os países ocorressem através das tradicionais cimeiras comandadas pelos Estados interessados, num modo intergovernamental.⁸⁴

A posição defendida pelo Reino Unido

era a de estabelecer, sem perda das soberanias nacionais, uma zona de comércio livre, onde fossem abolidas as barreiras aduaneiras entre os países membros, mas conservada a liberdade de cada um estabelecer sua política comercial em relação a países terceiros.⁸⁵

Diante do exitoso progresso da Comunidade Econômica Europeia, o governo britânico reviu sua postura negativa frente àquela comunidade. De outro lado, a Associação Europeia de Comércio Livre – AECL ou EFTA – fundada em 1959, com objetivos exclusivamente econômicos, não proporcionava ao Reino Unido a influência necessária na política europeia, fazendo com que o governo temesse certo isolamento político, devido ao afastamento da comunidade econômica. Sendo assim, em agosto de 1961, o Reino Unido apresentou seu primeiro pedido oficial de adesão.⁸⁶

No entanto, o tratado de adesão efetiva do Reino Unido à Comunidade Econômica Europeia foi assinado somente em 1972. Sua entrada em vigor, em 1973, mostrou-se problemática, fazendo com que em 1974, o governo britânico pedisse sua revisão, a qual foi feita até 1975 e confirmada em um referendo no mesmo ano.⁸⁷

O que motivava o pedido de adesão à Comunidade Econômica Europeia por parte da Dinamarca eram as vantagens propiciadas pela generalização do comércio livre, pois o país era

produtor de géneros alimentícios em quantidade suficiente para alimentar 15 milhões de habitantes, o triplo da população dinamarquesa, era de vital importância para aquele país poder exportar livremente seus produtos agrícolas a preços garantidos para um mercado interno comum, atendendo sobretudo a que o Reino Unido, o maior mercado de exportações dinamarquesas acabava de solicitar sua adesão à CE.⁸⁸

A entrada do Reino Unido na CEE demonstrou que “eram positivos os frutos econômicos decorrentes da comunitarização das relações entre os Estados-membros da

⁸⁴ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo**: da superação dos dogmas do Estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 12.

⁸⁵ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 16.

⁸⁶ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 17.

⁸⁷ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 93.

⁸⁸ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 17.

comunidade”⁸⁹, sendo a prova de que outros países candidatos precisavam para efetivar suas adesões.

A candidatura da Irlanda suscitava problemas de ordem econômica, uma vez que se tratava do primeiro país de médio desenvolvimento a apresentar proposta de adesão à Comunidade. Havia dúvidas sobre a capacidade de a Irlanda sustentar a concorrência frente aos outros países altamente desenvolvidos. No entanto, desde o século XIX, a Irlanda mantinha com a Grã-Bretanha uma zona de livre comércio, fato que favoreceu sua adesão.⁹⁰

A Noruega também se propôs a aderir à CEE, no entanto, sua adesão levantou problemas relativos à pesca e aos recursos marinhos, somados aos entraves de inserção na política agrícola comum, devido às adversidades das condições ecológicas de suas atividades econômicas. Por isso, o tratado de adesão teve de se adaptar a tais problemáticas, sendo, mesmo assim, rejeitado em referendo realizado no país em setembro de 1972.⁹¹

2.1.2 O alargamento mediterrânico

O segundo processo de alargamento, conhecido como alargamento mediterrânico, abrangeu três países do Sul da Europa – Grécia, Portugal e Espanha – envolvendo dificuldades diferentes das do primeiro processo. Desta vez, os países candidatos possuíam desenvolvimento médio e com regimes democráticos imaturos, o que representava risco para as Comunidades Europeias.⁹²

A Grécia apresentou seu pedido de adesão em 1975. Politicamente, os gregos esperavam que a democracia, recém readquirida, ganhasse mais força e espaço mundial, com a adesão à Comunidade. No aspecto econômico, objetivava recuperar a sua economia, modernizando os setores agrícola e industrial. Assim, a Grécia tornou-se o décimo membro da Comunidade Econômica Europeia, tornando-se membro efetivo em primeiro de janeiro de 1981. Em 1977, Espanha e Portugal apresentaram suas candidaturas.⁹³

Para a Espanha, a adesão à Comunidade significou a possibilidade de se reestruturar em vários sentidos. Houve um grande incentivo à agricultura e a outros programas de desenvolvimento das regiões do país, usando, para tanto, os fundos comunitários

⁸⁹ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo**: da superação dos dogmas do Estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 12.

⁹⁰ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p.92.

⁹¹ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 93.

⁹² VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 93.

⁹³ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 17.

disponibilizados após a adesão. No campo industrial, conseguiu o apoio de novos parceiros, iniciando o desenvolvimento desse setor. Tornou-se membro efetivo a partir de janeiro de 1986.⁹⁴

Um ano após, em 1987, o tratado de adesão de Portugal é efetivado. Sua adesão à CEE significa

após a perda das suas colónias e a superação das dificuldades de política interna, o regresso a uma das suas fontes de origem: a Europa. A CE ofereceu a Portugal a oportunidade de sair definitivamente do seu isolamento político, abrindo-lhe ao mesmo tempo um futuro e a possibilidade de recuperação económica do país.⁹⁵

Para todas essas adesões foram previstos, nos respectivos tratados, períodos de transição e adaptação das políticas internas, para que os novos membros pudessem enfrentar a competição comunitária. Suas adesões foram exitosas, haja vista que tais países tornaram-se potências altamente desenvolvidas no decorrer do século XX.⁹⁶

Em 1995, Áustria, Suécia e Finlândia tornaram-se membros da União Europeia, após as assinaturas dos respectivos Tratados de Adesão. Nessa mesma época, Suíça e a Noruega, também candidatas, acabaram desistindo da adesão por questões políticas.⁹⁷

A Áustria manifestou interesse na adesão por questões e interesses econômicos e comerciais, principalmente, garantindo, assim, o acesso aos seus mercados tradicionais. Seguida pela Suécia, precursora na política de liberdade de alianças com outros países, que só aderiu efetivamente à Comunidade após plena convicção de que aquelas políticas poderiam continuar. Por fim, a Finlândia, que por vários anos mostrou-se reservada perante a ideia de integração europeia, seguindo o raciocínio sueco, apresentou também seu pedido de adesão.⁹⁸

2.1.3 Os Estados Membros atuais

Anos mais tarde, incorporaram-se à União Europeia Malta, Chipre, Hungria, Polónia, Eslováquia, Letónia, Estónia, Lituânia, Eslovênia, e República Checa, que assinaram seus Tratados de Adesão em 2003. Posteriormente, em 2005, foram assinados os tratados para a

⁹⁴ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 19.

⁹⁵ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 20.

⁹⁶ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 132.

⁹⁷ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 134.

⁹⁸ BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. p. 21.

adesão da Bulgária e Romênia. Estes dois últimos processos de alargamento passaram por longos períodos de negociações, para a adaptação dos sistemas econômicos desses países ao sistema da União, uma vez que possuíam menor grau de desenvolvimento.⁹⁹

Este último alargamento, de 2004, foi diferente dos que até então ocorreram. Primeiramente, pelo espaço de tempo decorrido do último processo, quase dez anos. Em segundo, por ser direcionado aos países do Leste europeu. E por último, por envolver a adesão de dez países de uma só vez. Foi o processo de alargamento que ocasionou a maior problemática para as finanças e para a administração da União Europeia.¹⁰⁰

Antes da adesão da Bulgária e da Romênia, iniciaram-se negociações para a adesão da Turquia e da Croácia. A adesão croata pode concretizar-se em pouco tempo, porém, a turca, pode ser mais demorada. Outro possível membro poderá ser a Islândia, com a qual o Conselho Europeu iniciou as negociações em junho de 2010.¹⁰¹

Dentro dessa nova política de expansão, está pendente o pedido de adesão da antiga República Iugoslava da Macedônia, seguido da possibilidade de novos alargamentos direcionados aos países dos Bálcãs Ocidentais, como Bósnia e Herzegovina, a Sérvia, o Montenegro e a Albânia, assim que a União Europeia os considere aptos para a adesão.¹⁰²

2.1.4 O procedimento para a adesão de um novo membro

Mesmo com a relativa abertura à candidatura de novos membros para a União Europeia, através do Tratado de Maastricht, a adesão de novos Estados não é simples. Para tornar-se membro da União, o Estado deverá fazer um pedido oficial de adesão tornando-se candidato. Após isto, submeter-se a um processo de análise sobre suas condições internas, e finalmente, deve conseguir o aceite de adesão.¹⁰³

No primeiro passo – a candidatura – será feito pelo país o pedido formal de adesão à Comissão Europeia, que emitirá parecer ao Conselho Europeu, que por sua vez é responsável por conferir ao país solicitante a condição de candidato. Cumpridas as condições políticas,

⁹⁹ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 132.

¹⁰⁰ MARTINS, Estevão de Rezende. **O Alargamento da União Européia e a América Latina**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 47, n. 2, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2011.

¹⁰¹ EUROPA. **O Portal Oficial da União Européia**. Atividade da União Européia - Alargamento. Disponível em: <http://europa.eu/pol/enlarg/index_pt.htm>. Acesso em: 1 mar. 2011.

¹⁰² EUROPA. **O Portal Oficial da União Européia**. Atividade da União Européia - Alargamento. Disponível em: <http://europa.eu/pol/enlarg/index_pt.htm>. Acesso em: 1 mar. 2011.

¹⁰³ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 42.

econômicas e de acervo comunitário – Critérios de Copenhague – ocorre a segunda fase da inclusão.¹⁰⁴

Os Critérios de Copenhague são os requisitos a serem seguidos pelos países candidatos para que ocorra a adesão, quais sejam:

(a) dispor de instituições estáveis, garantindo a democracia, a primazia do direito, os direitos humanos, o respeito das minorias e sua proteção; (b) dispor de uma economia de mercado viável e capaz de enfrentar a concorrência e participar do dinamismo do mercado interno da União; (c) dispor de instituições suscetíveis de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da adesão à União, a adoção e a observância do acervo comunitário e de engajar-se nos objetivos da união política, econômica e monetária.¹⁰⁵

Atendidos os critérios acima, passa-se à segunda fase – a negociação – que tem o intuito de auxiliar o país candidato a se adequar às novas obrigações que serão assumidas com a condição de Estado-membro da União Europeia. Os resultados dessas negociações formam o projeto do Tratado de Adesão. Os países candidatos obrigam-se, ainda, a solucionar eventuais questões levantadas durante as negociações, para que tenham sua adesão efetivada.¹⁰⁶

Por fim, a terceira fase – a adesão – consiste na avaliação do país candidato pela Comissão Europeia, que elabora relatórios de monitoramento, os quais baseiam a decisão do Conselho Europeu quanto à adesão do país candidato ou não. A decisão pela adesão tem de ser unânime no Conselho após consulta à Comissão e parecer favorável do Parlamento Europeu. Sendo aprovada, será elaborado um Tratado de Adesão entre o país candidato e os Estados-membros, devendo ser ratificado por ambos para a inclusão efetiva no novo país na União Europeia.¹⁰⁷

¹⁰⁴ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 45.

¹⁰⁵ MARTINS, Estevão de Rezende. **O Alargamento da União Européia e a América Latina**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 47, n. 2, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2011.

¹⁰⁶ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 45.

¹⁰⁷ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 45.

2.2 As instituições europeias

O desenho institucional da União Europeia permaneceu o mesmo por vários anos. As instituições europeias mantinham-se praticamente inalteradas desde a sua criação, pelo Tratado de Roma, sendo regidas pelo Tratado da Comunidade Europeia. Sua estrutura supranacional permaneceu a mesma até pouco tempo, apesar de ter sido concebida quando a integração europeia contava com apenas seis membros.¹⁰⁸

As instituições europeias não são facilmente compreendidas, já que a União Europeia se diferencia de uma organização internacional clássica, bem como de um modelo de Estado nacional. Na concepção do

ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, elas constituem um Objeto Político Não Identificado (OPNI, por analogia com os OVNI), cujo modelo não se encontra nem no direito internacional, nem no direito constitucional. Não existe nelas a separação dos poderes entre executivo e legislativo, base da democracia representativa, mas, por outro lado, a aceitação de uma dose de supranacionalidade e da representação parlamentar faz com que os órgãos de decisão não sejam compostos apenas por representantes dos governos dos Estados nacionais.¹⁰⁹

Como visto, com exceção das funções jurisdicionais, atribuídas exclusivamente ao Tribunal de Justiça da União Europeia, as demais funções institucionais¹¹⁰ eram repartidas de forma diversa à tradicional. Ao Conselho de Ministros¹¹¹ competia uma função, basicamente, legislativa. À Comissão foi delegada função executiva e de iniciativa normativa. Por fim, cabia ao Parlamento a função consultiva. Sendo assim, as instituições europeias dividiam-se em duas categorias, ou seja, instituições de direção e execução, como o Conselho e a Comissão, e, como instituições de controle, o Parlamento e o Tribunal de Justiça da União Europeia.¹¹²

Esse era o esquema inicial de repartição do poder, que se deu entre o Conselho¹¹³ e a Comissão. Mais tarde, juntou-se a eles o Parlamento Europeu, formando, assim, o “triângulo

¹⁰⁸ D'ARCY, François. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 45.

¹⁰⁹ D'ARCY, François. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 46.

¹¹⁰ As funções institucionais aqui apresentadas são anteriores ao Tratado de Lisboa. As funções atuais de cada instituição europeia serão abordadas nos seus respectivos subtítulos.

¹¹¹ Também denominado Conselho da União Europeia ou somente Conselho.

¹¹² STELZER, Joana. **União Europeia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 44.

¹¹³ Conselho de Ministros ou Conselho da União Europeia.

institucional” de tomada das decisões. Acima desses órgãos, está o Conselho Europeu, que se tornou, embora sem previsão no Tratado de Roma, o principal centro de poder na União.¹¹⁴

A seguir serão apresentadas as peculiaridades de cada instituição atualmente, bem como sua formação e competências, conforme arroladas pelo Tratado de Lisboa.

2.2.1 O Conselho Europeu

O Conselho Europeu¹¹⁵ foi criado em 1974, em Paris, após os Chefes de Estado e de Governos dos Estados-membros decidirem reunir-se periodicamente. Tal decisão partiu da necessidade de se estabelecer um órgão que se ocupasse da discussão sobre questões políticas atinentes à Organização, racionalizando as atividades e trabalhos comunitários.¹¹⁶

Essas reuniões periódicas tomaram uma importância cada vez maior nos rumos da integração europeia, e, a partir de 1992, com o advento do Tratado da União Europeia, houve a formalização do Conselho Europeu, que passou a contar com um estatuto próprio.¹¹⁷

Sua composição dá-se pela reunião dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros, assim como por seu presidente e pelo presidente da Comissão Europeia. O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança participa dos trabalhos.¹¹⁸

As reuniões do Conselho Europeu ocorrem uma vez por semestre, no mínimo, geralmente às vésperas da mudança da Presidência da instituição. Esta ocorria de forma rotativa semestral, incumbindo a um Estado-membro por vez. No entanto, o Tratado de Lisboa,

tendo em vista a continuidade e a coerência dos trabalhos realizados no âmbito desse órgão, decreta o fim do sistema de Presidência rotativa semestral, adotando uma Presidência estável. Com isso, propõe a eleição do presidente do Conselho europeu, por maioria qualificada, por um período de dois anos e meio, renovável uma vez.¹¹⁹

¹¹⁴ D’ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 46.

¹¹⁵ Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a partir de 2009 o Conselho Europeu passou a ser reconhecido como uma das sete instituições européias. **Conselho Europeu: Regulamento Interno**. Disponível em: <<http://www.european-council.europa.eu/the-institution.aspx?lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

¹¹⁶ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 61.

¹¹⁷ D’ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 48.

¹¹⁸ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 61.

¹¹⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 60.

Sua função, segundo o Tratado da União Europeia, é dar impulsos necessários ao desenvolvimento da União, definindo orientações e prioridades políticas gerais. Sendo assim, o Conselho Europeu não profere decisões formais no sentido jurídico e não desempenha um papel legislativo efetivamente. Suas decisões, geralmente, são tomadas por consenso entre seus membros, observadas as regras da unanimidade ou da maioria qualificada.¹²⁰

Mesmo tendo a função de orientação prevista no Tratado de Maastricht, o Conselho Europeu não se detém em proferir apenas orientações. Esta instituição ganha cada vez mais importância com o passar do tempo e com o desenvolvimento da União. Sua atuação interfere em questões de competência das instituições de decisão. Surgindo alguma controvérsia no âmbito do Conselho da União Europeia, a questão passa a ser examinada pelo Conselho Europeu, que procura solucioná-la. É a instituição que expressa a vontade dos Estados-membros, com o foco principal no progresso da integração europeia.¹²¹

O Tratado de Lisboa consagrou o Conselho Europeu como instituição permanente da União Europeia. Tal instituição contará, ainda, com a figura de um Presidente permanente, eleito por maioria qualificada, para um mandato de dois anos, renovável, visando à coerência e continuidade dos trabalhos na instituição.¹²²

2.2.2 O Conselho da União Européia

O Conselho da União Européia, anteriormente conhecido como Conselho de Ministros¹²³, foi instituído, assim como o Parlamento Europeu, pelos Tratados constitutivos nos anos cinquenta.¹²⁴ Possui, de um lado, caráter intergovernamental, pois sua formação conta com os representantes dos Estados-membros, e, de outro, cunho comunitário, conciliando os interesses dos Estados-membros com os interesses da União, na busca do objetivo maior, que é a integração.¹²⁵

É a instituição de maior relevância na tomada de decisões da União Europeia. Em algumas áreas específicas, como a Política Externa de Segurança Comum – PESC – e de

¹²⁰ D'ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 49.

¹²¹ D'ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 50.

¹²² LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 60.

¹²³ Conselho de Ministros era a designação utilizada anteriormente para as diferentes formas que assumiu a instituição a que hoje se chama Conselho da União Européia. **CONSILIUM. GLOSSÁRIO**. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=1917&lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

¹²⁴ EUROPA. **Conselho da União Européia**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

¹²⁵ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 50.

cooperação em Justiça e Assuntos Internos, esta instituição tem preponderância em relação à Comissão e ao Parlamento. Já em outros temas, propostos inicialmente pela Comissão, tem papel de co-legislador com o Parlamento Europeu.¹²⁶

Com o advento do Tratado de Lisboa, o sistema de votação por maioria qualificada passa a ser a regra nessa instituição. Esta modificação tornou-se necessária pelo crescimento do poder dos Estados-membros mais populosos em detrimento daqueles que possuem menos população. Pelo novo sistema,

a maioria qualificada seria calculada por um sistema de dupla maioria, em que pelo menos 55% dos membros do Conselho (Estados-membros), devendo representar, no mínimo 65% da população da União, seriam necessários para adotar um ato legislativo europeu. Assim, uma decisão seria considerada como adotada, no seio do Conselho se, ao menos, 55% dos Estados-membros da União estivessem de acordo. Dessa forma, de um total de 27 Estados-membros, seria necessária a concordância de 15 deles, no mínimo. E esses 15 Estados-membros (55% dos Estados) deveriam, também, representar, ao menos, 65% da população da União.¹²⁷

Este sistema da dupla maioria deverá entrar em prática, efetivamente, a partir de 2014. Até então permanecerá em vigor o atual sistema de maioria qualificada, que, por sua vez, exige a aprovação da maioria dos Estados-membros, com um mínimo de duzentos e cinquenta e cinco votos a favor, correspondendo a 73,2% do total. Da mesma forma ocorre com a regra da unanimidade, utilizada nas decisões de matérias de grande repercussão como a política externa e de segurança comum, a política de asilo e imigração e de fiscalidade.¹²⁸

Como já mencionado, esta instituição é composta por um representante de cada Estado-membro, e esse será escolhido de acordo com a matéria a ser discutida. Por exemplo, se o Conselho tiver como objetivo a elaboração de políticas ambientais, os Ministros do Ambiente, ou respectivos, serão os participantes da reunião. Assim, ocorrerá o Conselho “do Meio Ambiente”. Ressalte-se que, para relacionar-se com outros países ou organismos internacionais, a União Europeia forma o Conselho “de Assuntos Gerais e Relações Externas”, composto não apenas pelos Ministros de Relações Exteriores ou assemelhados, mas também por outros Ministros ou Secretários de Estado, designados pelos governos dos

¹²⁶ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 36.

¹²⁷ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 62.

¹²⁸ EUROPA. **Conselho da União Européia**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Estados-membros, haja vista que este tipo de configuração aborda assuntos políticos mais genéricos.¹²⁹

As reuniões mais frequentes são dos Ministros de Assuntos Estrangeiros, dos Ministros de Assuntos Econômicos e Financeiros e dos Ministros da Agricultura. No entanto, os Ministros de quase todas as áreas têm participação efetiva no Conselho, uma vez que as competências da União Europeia abrangem todas as áreas de interesse público.¹³⁰ As formas de composição do Conselho são as seguintes:

- a) Assuntos Gerais e Relações Externas
- b) Assuntos Econômicos e Financeiros (ECOFIN)
- c) Justiça e Assuntos Internos (JAI)
- d) Emprego, Política Social, Saúde e Protecção dos Consumidores
- e) Competitividade
- f) Transportes, Telecomunicações e Energia
- g) Agricultura e Pescas
- h) Ambiente
- i) Educação, Cultura e Juventude¹³¹

Os Ministros participantes do Conselho da União Europeia vinculam seus respectivos governos pelos atos e decisões que ratificarem, sendo responsáveis perante os seus Parlamentos nacionais e também frente aos cidadãos que representam. Desta forma, as decisões do Conselho estão legitimadas democraticamente.¹³²

A Presidência do Conselho era exercida em sistema de rodízio a cada seis meses. Com o Tratado de Lisboa, a Presidência passa a ser exercida, durante o período de dezoito meses, por grupos, compostos por três Estados-membros. Cada membro desse grupo exercerá a função de Presidente do Conselho por seis meses em todas as suas formações, salvo, na formação de Conselho de Negócios Estrangeiros, na qual a Presidência caberá ao Ministro de Relações Exteriores da União Europeia.¹³³

A Presidência é assistida pelo Secretariado-Geral, nomeado pelo próprio Conselho, que atua na preparação e organização dos trabalhos da instituição. O Secretário-Geral exerce,

¹²⁹ EUROPA. **Conselho da União Européia**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

¹³⁰ D'ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 50.

¹³¹ EUROPA. **Conselho da União Européia**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

¹³² EUROPA. **Conselho da União Européia**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

¹³³ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 60.

também, a função de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, sendo assistido por um Secretário-Geral Adjunto.¹³⁴

Outro mecanismo de assistência do Conselho da União Europeia é o Comitê de Representantes Permanentes – COREPER. Este comitê está sediado em Bruxelas e conta com um representante permanente de cada Estado-membro, que defende os interesses dos governos nacionais junto a União Europeia, funcionando como um “Embaixador de seu país junto da UE”¹³⁵. Todas as questões que estão na pauta de discussão do Conselho, passam por um prévio debate neste Comitê.¹³⁶

2.2.3 O Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu tem suas origens nas décadas de 50, período de elaboração do Tratado de Roma. Está sediado em Estrasburgo, na França, onde acontecem as sessões plenárias mensais, bem como em Bruxelas, na Bélgica, local das reuniões de comissões e sessões adicionais, e Luxemburgo, onde está sediado seu Secretariado-Geral.¹³⁷

Inicialmente, esta instituição recebeu a denominação de Assembléia, sendo composta por deputados dos parlamentos nacionais que possuíam apenas poderes consultivos. A partir do Tratado de Maastricht, a instituição passa a ser denominada Parlamento.¹³⁸

Atualmente, o Parlamento Europeu é a única instituição da União Europeia composta por representantes eleitos diretamente pela população. Conta com 736 eurodeputados eleitos pelos cidadãos dos vinte e sete Estados-membros para um mandato de cinco anos.¹³⁹

¹³⁴ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Europeia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 37.

¹³⁵ EUROPA. **Conselho da União Europeia**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em 15 mar. 2011.

¹³⁶ D'ARCY, François. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 52.

¹³⁷ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia: um guia sobre as instituições da União Europeia**. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 6.

¹³⁸ STELZER, Joana. **União Europeia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 50.

¹³⁹ EUROPA. **Parlamento Europeu**. Apresentação. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/parliament/public/staticDisplay.do?id=146&language=PT>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

Suas funções envolvem as competências legislativa e orçamentária, e também, as funções consultiva e de controle político, da seguinte maneira:

- 1) partilha com o Conselho o poder legislativo. O facto de ser um órgão directamente eleito garante a legitimidade democrática da legislação europeia;
- 2) exerce um controlo democrático de todas as instituições da UE, especialmente da Comissão. Tem poderes para aprovar ou rejeitar as nomeações dos membros da Comissão, e tem o direito de adoptar uma moção de censura da Comissão;
- 3) partilha com o Conselho a autoridade sobre o orçamento da UE, o que significa que pode influenciar as despesas da UE. No final do processo orçamental, incumbe-lhe adoptar ou rejeitar a totalidade do orçamento.¹⁴⁰

No que tange à função legislativa, utiliza-se comumente o procedimento de co-decisão, que passou a ser o procedimento legislativo ordinário com o Tratado de Lisboa, colocando o Parlamento e o Conselho em paridade de poderes, aumentando, também, o número de matérias decididas por este procedimento, efetivando a democracia na Europa.¹⁴¹

Dentro da função de controle político, o Parlamento Europeu é o responsável pela eleição do Presidente da Comissão Europeia, cujo candidato é indicado pelo Conselho Europeu. Exerce, ainda, a função consultiva para a realização de determinados atos jurídicos. Por fim, no que se refere ao orçamento da União, o Parlamento está novamente em igualdade de poderes com o Conselho na administração das despesas.¹⁴²

Para auxiliar nos trabalhos, o Parlamento Europeu possui Comissões Parlamentares, responsáveis por um estudo especializado das questões a serem discutidas, preparando os trabalhos do Parlamento, emitindo também pareceres sobre as propostas enviadas pela Comissão ou pelo Conselho.¹⁴³

2.2.4 A Comissão Europeia

A Comissão Europeia, ou somente Comissão, é um órgão único diante dos demais órgãos de outras organizações internacionais. Surgiu com o Tratado CECA, que atribuiu a esta instituição um carácter de supranacionalidade, isto é, é politicamente independente perante

¹⁴⁰ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 11.

¹⁴¹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 58.

¹⁴² LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 59.

¹⁴³ STELZER, Joana. **União Europeia e Supranacionalidade**: desafio ou realidade. Curitiba: Juruá, 2000. p. 57.

os Estados-membros. Tem a sua sede em Bruxelas, embora algumas das suas direções gerais se encontrem estabelecidas em Luxemburgo.¹⁴⁴

Representa e garante os interesses da União Europeia na sua totalidade. Impulsiona o sistema institucional propondo legislação, bem como políticas e programas de ação comunitária, e é responsável pelas decisões do Parlamento e do Conselho.¹⁴⁵

Inicialmente sua composição dava-se através da nomeação de seus membros pelos governos dos Estados-membros de maneira consensual. Com o advento do Tratado de Amsterdã, o Parlamento Europeu passou a interferir na escolha dos comissários¹⁴⁶, da seguinte maneira:

- a) os governos dos Estados-Membros designam por comum acordo o novo presidente da Comissão;
- b) o presidente designado da Comissão, após discussão com os governos dos Estados-Membros, escolhe os restantes 19 membros da Comissão;
- c) o novo Parlamento realiza audiências com os 20 membros e dá o seu parecer sobre a composição do “Colégio”. Caso seja aprovada, a nova Comissão pode assumir oficialmente as suas funções no mês de Janeiro seguinte.¹⁴⁷ (grifo do autor)

Esta escolha ocorre a cada cinco anos, período de duração do mandato dos comissários, e seis meses antes das eleições parlamentares. Ressalte-se, ainda, que assim como o Parlamento tem o poder de escolha dos membros, tem também o poder de dissolução da Comissão mediante adoção de uma moção de censura.¹⁴⁸

A interferência do Parlamento na escolha dos comissários, inclusive do Presidente, permaneceu no Tratado de Lisboa, contudo, o novo tratado previa alterações na composição desta instituição. Seu texto dispunha, inicialmente, que a Comissão, até 2014, teria seu número de membros definidos por uma proporção de 2/3 dos países integrantes da União Europeia, incluindo-se o seu Presidente e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Ou seja, pela quantidade atual de Estados-membros, vinte e sete, a Comissão, contaria com 18 comissários.¹⁴⁹

¹⁴⁴ STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 45.

¹⁴⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 20.

¹⁴⁶ D'ARCY, François. **União Européia**: instituições, políticas e desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 53.

¹⁴⁷ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 20.

¹⁴⁸ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia**: um guia sobre as instituições da União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 20.

¹⁴⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 63.

No entanto, diante do desagrado de alguns países perante essa alteração, como por exemplo, a Irlanda, os Estados-membros concordaram em permanecer com um representante dentro da Comissão, mesmo após a entrada em vigor do novo Tratado, decidindo, futuramente, pela redução ou não do número de seus comissários.¹⁵⁰

Dentre suas funções, destacam-se:

1. O papel principal da Comissão é de ser um órgão de proposição. [...] ela tem o direito de iniciativa, muitas vezes exclusivo, sobre as decisões comunitárias. Mas também, através de relatórios, comunicações, livros brancos e outros documentos, bem como através das consultas e reuniões que ela suscita, ela age como provedor de idéias e projetos.
2. A Comissão tem uma função de execução das decisões tomadas pelas instituições da União e de seu orçamento.
3. A Comissão é guardiã dos Tratados, podendo recorrer ao Tribunal de Justiça ou mesmo, em alguns casos, impor sanções.
4. A Comissão tem um papel de representação internacional e de negociação de acordos com terceiros.¹⁵¹

O Tratado de Lisboa manteve a Comissão Europeia como instituição independente, com a função de representação dos interesses dos Estados-membros dentro do interesse geral da União. Ela dispõe ainda, de um monopólio quase total do direito de iniciativa legislativa. É a responsável pela elaboração das políticas da União, assegurando a execução do orçamento, gerindo os programas comunitários, representando a União nas negociações internacionais e velando pela correta aplicação dos Tratados.¹⁵²

2.2.5 O Tribunal de Justiça da União Europeia

A criação das Comunidades da década de cinquenta trouxe consigo um novo direito, constituindo um ordenamento jurídico complexo e comum aos Estados-membros, destinado a normatizar as relações entre estes, bem como entre as instituições comunitárias, as empresas e os próprios cidadãos. Surgiu, assim, o direito comunitário.¹⁵³

Para assegurar o cumprimento deste direito, tornou-se necessária a existência de um órgão que fizesse respeitar o novo sistema normativo, garantindo sua aplicação. Daí, o

150 TOLEDO, Túlio Di Giácomo. **A nova configuração da comissão europeia**: a instituição pós-Tratado de Lisboa. In: O Direito Administrativo perante os processos de Integração Regional, 2010, Florianópolis. O Direito Administrativo perante os processos de Integração Regional, 2010. p. 5.

151 D'ARCY, François. **União Europeia**: instituições, políticas e desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 55.

152 TRATADO DE LISBOA.ORG. **Instituições que governam a União**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/instituicoes-que-governam-a-uniao.html>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

153 STELZER, Joana. **União Europeia e Supranacionalidade**: desafio ou realidade. Curitiba: Juruá, 2000. p. 45.

surgimento do Tribunal de Justiça, que a partir do Tratado de Lisboa, passou a ser denominado Tribunal de Justiça da União Europeia¹⁵⁴, cuja principal finalidade “consiste em apreciar a legalidade dos actos da União e assegurar a interpretação e aplicação uniformes do direito da União.”¹⁵⁵

À época de sua criação, era composto por quinze juízes e oito advogados-gerais, nomeados pelos governos dos Estados-membros, de comum acordo, por um período de seis anos¹⁵⁶. Atualmente, após a vigência do Tratado de Lisboa, é composto por, pelo menos, um juiz para cada Estado-membro, ou seja, vinte e sete juízes, assistidos por advogados-gerais. A nomeação continua a ser feita pelos governos nacionais de comum acordo, para o mesmo período, seis anos, renovável.¹⁵⁷

O Tribunal de Justiça da União Europeia, com sede em Luxemburgo, é auxiliado por dois outros tribunais, o Tribunal de Primeira Instância¹⁵⁸ e o Tribunal de Função Pública. O primeiro foi criado em 1988 para desafogar os trabalhos no Tribunal de Justiça, sendo composto

por um juiz de cada Estado-membro da União e tem competência para proferir sentenças em determinadas categorias de processos. Processos ligados às ações iniciadas por pessoas físicas, empresas e algumas organizações, à legislação de concorrência, por exemplo, estão na alçada do Tribunal de Primeira Instância.¹⁵⁹

Já o Tribunal da Função Pública é o responsável pela solução dos conflitos entre a União Europeia e seus agentes e funcionários. Sua composição dá-se por nomeação de sete juízes, feita pelo Conselho, para um período de seis anos, também renovável, após a aprovação das candidaturas pelo comitê formado por sete ex-membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral e juristas de reconhecida competência.¹⁶⁰

O Tribunal de Justiça da União Europeia pode funcionar como tribunal internacional, constitucional e administrativo. No primeiro caso, por exemplo, quando um Estado-membro não cumpre as obrigações constantes dos Tratados. No segundo e terceiro casos, quando

¹⁵⁴ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 58.

¹⁵⁵ EUROPA. **CURIA**. Apresentação do Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <http://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7024/#jurisprudences>. Acesso em: 17 mar. 2011.

¹⁵⁶ D'ARY, François. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 87.

¹⁵⁷ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 66.

¹⁵⁸ Também denominado Tribunal Geral. EUROPA. **CURIA**. Apresentação do Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <http://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7033/>. Acesso em: 17 mar. 2011.

¹⁵⁹ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Europeia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 39.

¹⁶⁰ EUROPA. **CURIA**. Apresentação do Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <http://curia.europa.eu/jcms/jcms/T5_5230/>. Acesso em: 17 mar. 2011.

fiscaliza os atos praticados pelas instituições da União.¹⁶¹ Ressalte-se, contudo, que não há hierarquia do Tribunal de Justiça da União Europeia com relação aos tribunais nacionais.¹⁶²

2.2.6 O Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu data de 1975, época do advento do Tratado de Bruxelas. Esta instituição comunitária foi criada com o intuito de realizar a auditoria externa das finanças da União Europeia, garantindo, assim, a melhoria da gestão financeira dentro do grupo e atuando como guardião independente dos interesses dos cidadãos europeus.¹⁶³

O Tribunal de Contas Europeu tem, ainda, como função, prestar assistência ao Parlamento e ao Conselho, emitindo relatório anual sobre o exercício financeiro anterior. É após a análise desse relatório que o Parlamento decide sobre a aprovação ou não da forma de execução orçamentária pela Comissão. Emite, também, pareceres sobre as propostas legislativas de cunho financeiro da União Europeia.¹⁶⁴

É composto por representantes de cada Estado-membro, um para cada, que “devem ser pessoas que, nos seus países de origem, tenham exercido funções em instituições de fiscalização externa ou possuam qualificações específicas para essa função”¹⁶⁵, nomeadas pelo Conselho por um período de seis anos, renovável. A escolha do Presidente dá-se pela designação dos próprios membros entre si.¹⁶⁶

2.3 Os órgãos financeiros

O Euro, mesmo não tendo sido aderido por todos os Estados-membros, é a prova da concretização da União Econômica e Monetária Europeia. Esta união necessita de uma coordenação das políticas econômicas e orçamentais, consolidando uma política monetária

¹⁶¹ D'ARCY, François. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 87.

¹⁶² STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 58.

¹⁶³ EUROPA. **Tribunal de Contas Europeu**. Acerca de nós. Disponível em: <<http://eca.europa.eu/portal/page/portal/aboutus>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

¹⁶⁴ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 39.

¹⁶⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como Funciona a União Europeia: um guia sobre as instituições da União Europeia**. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo, 2003. p. 28.

¹⁶⁶ EUROPA. **Tribunal de Contas Europeu**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/auditors/index_pt.htm>. Acesso em: 17 mar. 2011.

comum, que, por sua vez, é gerenciada pelo Banco Central Europeu auxiliado por outros órgãos financeiros.¹⁶⁷

2.3.1 O Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu – BCE – é o principal responsável pelo Euro e pela definição e execução da política econômica relativa à moeda única europeia. Realiza operações cambiais e assegura o bom funcionamento do sistema de pagamentos na União. Sua criação ocorreu em 1998, com o Tratado da União Europeia. Está sediado na cidade alemã de Frankfurt.¹⁶⁸

O Sistema Europeu de Bancos Centrais – SEBC –, formado pelos Bancos Centrais dos vinte e sete Estados-membros e pelo Banco Central Europeu, é coordenado por este. Tal sistema tem como foco principal a estabilidade dos preços e o apoio das políticas econômicas gerais na União, para que esta alcance seus objetivos.¹⁶⁹

A adoção da moeda única européia ainda não foi efetivada por todos os Estados-membros. Atualmente, dezesseis países adotam o Euro, formando a chamada zona euro. Os Bancos Centrais desses membros, juntamente com o Banco Central Europeu, formam o Eurosistema¹⁷⁰, que é caracterizado como

um subconjunto do SEBC. Quem, na realidade, desempenha em equipa as funções de banco central para o euro é o Eurosistema, dado que as decisões de política do BCE, como é o caso da política monetária, obviamente se aplicam apenas aos países da área do euro. Desta forma, o BCE e os BCN contribuem, em conjunto, para a consecução dos objectivos comuns do Eurosistema.¹⁷¹

O Banco Central Europeu, a partir do Tratado de Lisboa, recebe personalidade jurídica, sendo o único responsável pela emissão do Euro. Funciona com total independência em relação aos demais órgãos e instituições da União, devendo ser consultado sobre futuros

¹⁶⁷ EUROPA. **O Euro e a União Monetária**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/basic-information/money/euro/index_pt.htm>. Acesso em 17 mar. 2011.

¹⁶⁸ EUROPA. **Banco Central Europeu**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financial/ecb/index_pt.htm>. Acesso em 17 mar. 2011.

¹⁶⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 112.

¹⁷⁰ EUROPA. **Banco Central Europeu**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financial/ecb/index_pt.htm>. Acesso em: 17 mar. 2011.

¹⁷¹ BANCO CENTRAL EUROPEU. **Eurosistema**. Disponível em: <http://www.ecb.int/ecb/educational/facts/orga/html/or_002.pt.html>. Acesso em: 17 mar. 2011.

projetos da União. Os Estados-membros que não aderiram ao Euro como moeda, bem como seus respectivos Bancos Centrais conservam suas competências em matéria monetária.¹⁷²

2.3.2 O Banco Europeu de Investimentos

Visando o desenvolvimento interno do grupo, o Banco Europeu de Investimentos – BEI – é um órgão sem fins lucrativos, propriedade dos Estados-membros da União Européia, destinado ao financiamento de projetos de interesse europeu. Sua criação ocorreu em 1958, pelo Tratado de Roma.¹⁷³

Atua buscando tornar as empresas européias mais competitivas e auxiliando as regiões menos desenvolvidas dentro da União Europeia. Para isso, concede empréstimos a entidades européias tanto do setor público quanto do setor privado, que executem projetos de interesse europeu, tais como:

- a) projetos no domínio da coesão e convergência das regiões da União Européia,
- b) projetos de apoio a pequenas e médias empresas,
- c) projetos ambientais,
- d) projetos no domínio da investigação, desenvolvimento e inovação,
- e) projetos no domínio dos transportes,
- f) projetos no domínio da energia.¹⁷⁴

Para que estes projetos sejam aprovados e recebam as verbas do Banco, precisam contribuir para o alcance das metas da União Europeia. Além disso, têm de ser sólidos economicamente e respeitar o meio ambiente, atraindo outras formas de financiamento para o grupo.¹⁷⁵

¹⁷² LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 112.

¹⁷³ EUROPA. **Órgãos financeiros**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financal/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

¹⁷⁴ EUROPA. **Instituições e órgãos da União Européia**. Banco Europeu de Investimento. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financal/eib/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

¹⁷⁵ EUROPA. **Instituições e órgãos da União Européia**. Banco Europeu de Investimento. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financal/eib/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

2.4 Outras instituições europeias

Criado pelo Tratado de Roma, em 1958, o Comitê Econômico e Social – CESE – é um órgão destinado a assistir ao Parlamento, ao Conselho e à Comissão. É composto por representantes das organizações de empregadores, de trabalhadores e de outros representantes da sociedade civil, promovendo, através de sua atuação, uma sociedade mais participativa, integrada com a União, e, conseqüentemente, mais democrática.¹⁷⁶

Da mesma forma, o Comitê das Regiões – CDR – é um órgão consultivo às três principais instituições europeias. Sua criação ocorreu em 1994, com o Tratado da União Europeia. É integrado por representantes dos poderes locais ou regionais da Europa, titulares de mandato eleitoral ou politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.¹⁷⁷

Os cidadãos europeus contam ainda com um órgão mediador de seus interesses perante a administração da União Europeia. O Provedor de Justiça Europeu, que é o órgão responsável pela investigação sobre casos de má administração nas instituições europeias e outros organismos do grupo. Atua com base em denúncias que lhe são apresentadas pelos próprios cidadãos, ou por iniciativa própria. Sua competência excetua os inquéritos referentes ao Tribunal de Justiça da União Europeia, o Tribunal de Primeira Instância e o Tribunal da Função Pública, pois estes têm função efetivamente jurisdicional.¹⁷⁸

Como visto, o sistema institucional europeu é complexo, mas muito bem planejado. Sua eficiência pode ser constatada pela data de criação da maioria das instituições, ocorrida na década de cinqüenta. No entanto, algumas de suas competências tornaram-se ultrapassadas e incapazes de acompanhar a demanda apresentada pelo século XXI. Esse foi um dos principais motivos, se não o principal, que levou as autoridades europeias a promoverem campanhas de reforma e modernização institucional, como o projeto de constitucionalização europeu e, mais recentemente, a criação do Tratado Reformador, que serão abordados a seguir.

¹⁷⁶ EUROPA. **Comité Económico e Social Europeu.** Disponível em: <http://europa.eu/institutions/consultative/eesc/index_pt.htm>. Acesso em 17 mar. 2011.

¹⁷⁷ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia.** Ijuí: Unijui, 2008. p. 120.

¹⁷⁸ RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Europeia e os estudos de integração regional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 40.

3 A UNIÃO EUROPEIA APÓS O TRATADO DE LISBOA

Desde 1º de dezembro de 2009 a União Europeia é orientada por uma nova legislação, o Tratado de Lisboa, que tem como foco principal modernizar esta organização internacional, tendo em vista os desafios que se mostram neste início do século XXI, colocando-a em paridade de forças com outras potências mundiais.¹⁷⁹

O Tratado de Lisboa é resultado de uma mutação do rejeitado Tratado Constitucional, em trabalho realizado durante a Conferência Intergovernamental, no segundo semestre de 2007, incumbida, pelo Conselho Europeu, de elaborar um projeto de Tratado Reformador para os Tratados Europeus.¹⁸⁰

Este capítulo será dedicado ao estudo desses dois Tratados com suas inovações e modificações.

3.1 O projeto da Constituição Europeia

O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa foi fruto do aprimoramento do processo de integração europeu e seus alargamentos. O primeiro passo para a Constitucionalização Europeia foi dado em 1984, quando os membros do então Parlamento, aprovaram, em sua grande maioria, as diretrizes do Plano Spinelli – elaborado pelo político italiano Altiero Spinelli, que propunha um Tratado para uma União Europeia Federal¹⁸¹.

Seguindo essa proposta, em 1987, o Tratado do Ato Único Europeu, promoveu a primeira grande reforma dos Tratados Europeus e fixou o ano de 1992 para a consolidação do Mercado Único, ano em que o Tratado de Maastricht concluiu mais uma etapa significativa, com a instituição da União Europeia, desenvolvendo, ainda, uma Política Externa e de Segurança Comum – PESC – e uma cooperação em matéria de Justiça e Assuntos Internos –

¹⁷⁹ EUROPA. **Tratado de Lisboa.** A Europa do século XXI. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/take/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

¹⁸⁰ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia.** Ijuí: Unijuí, 2008. p. 36.

¹⁸¹ EUROPA. **A UE num ápice.** A história da União Européia. Disponível em: <http://europa.eu/abc/history/foundingfathers/spinelli/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

JAI –. A partir daí, os Estados-membros formavam, além de uma comunidade econômica, uma união política.¹⁸²

Posteriormente, o Tratado de Amsterdã, em 1997, aprofundou a integração europeia, promovendo uma reforma política em suas instituições, bem como em matérias como segurança, liberdade e justiça, reforçando principalmente o Parlamento Europeu. Essas modificações, iniciadas em 1997, foram aprofundadas pelo Tratado de Nice em 2001.¹⁸³

Ao Tratado de Nice foi anexado um rol contendo a programação para a realização de uma Conferência Intergovernamental na qual seriam discutidos temas relativos ao futuro da Europa. A partir de então, realizaram-se uma série de reuniões cujos objetivos eram desenvolver o processo de constitucionalização europeia, como a Convenção Giscard, presidida pelo ex-presidente francês Valéry Giscard D'Estaing, realizada na cidade belga de Laken.¹⁸⁴

Esta Convenção, da qual se originou a Declaração Laken, tinha como meta

debater os problemas essenciais apresentados pelo futuro desenvolvimento da União Europeia e procurar as respostas possíveis, tendo congregado um vasto leque de representantes governamentais, parlamentares e outros, tendo também propiciado espaço aberto de discussões em vários setores da sociedade. As deliberações foram públicas, os documentos acessíveis ao público em geral, e as organizações interessadas tiveram oportunidade de dar a sua própria contribuição para o debate.¹⁸⁵

Dentro desse contexto, o Conselho Europeu, reunido em Bruxelas em março de 2004, estava empenhado em efetivar um acordo sobre o Tratado Constitucional, para que este fosse aprovado no máximo até a realização do Conselho Europeu de junho desse mesmo ano. Finalmente, após a Conferência Intergovernamental de Roma, realizada em outubro de 2004, o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa – ou Tratado Constitucional – foi assinado pelos chefes de Estado e de governo dos Estados-membros.¹⁸⁶

¹⁸² EUROPA. **A UE num ápice.** A história da União Europeia. Disponível em: <http://europa.eu/abc/history/foundingfathers/spinelli/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

¹⁸³ EUROPA. **A UE num ápice.** A história da União Europeia. Disponível em: <http://europa.eu/abc/history/foundingfathers/spinelli/index_pt.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

¹⁸⁴ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo:** da superação dos dogmas do estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 18.

¹⁸⁵ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo:** da superação dos dogmas do estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 22.

¹⁸⁶ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo:** da superação dos dogmas do estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 22.

Diferentemente dos outros Tratados europeus, o Tratado Constitucional foi preparado por uma Convenção, composta de representantes dos órgãos da União Europeia, dos governos dos Estados-membros e de países candidatos à adesão, além de outros parceiros sociais europeus, o que lhe conferia, a princípio, grande legitimidade por parte da sociedade europeia.¹⁸⁷

Sua estrutura era a seguinte: na primeira parte, as disposições fundamentais sobre a União, seus objetivos, competências, processos de decisão e as sobre as instituições europeias. Na segunda parte seria contemplada a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A terceira parte era destinada às políticas e ao funcionamento da União, como por exemplo, a coordenação econômica entre os países da Zona de Euro, o fortalecimento da Política Externa e de Segurança Comum, a instituição de um Ministro Europeu de Relações Exteriores. Na quarta parte, eram encontradas as disposições gerais, como revisão constitucional, revogação dos Tratados anteriores, e finais do Tratado Constitucional.¹⁸⁸

As principais inovações apresentadas pelo Tratado Constitucional eram

a aprovação de uma Constituição criando um verdadeiro estado europeu sob a forma de uma confederação. Em particular, estabelecia formalmente os respectivos símbolos: bandeira com doze estrelas em ouro dispostas em círculo sobre campo azul (já adotada como bandeira da Comunidade Europeia desde 1986); hino baseado no prelúdio do quarto andamento da Nona Sinfonia de Ludwig von Beethoven [...]; divisa ‘Unidos na diversidade’; e Dia da Europa, 9 de maio (aniversário do final da Segunda Guerra Mundial na Europa e da Declaração Schuman de 1950).¹⁸⁹ (grifo do autor)

Estavam ainda previstas no Tratado Constitucional, dentre outras modificações:

- a) substituir por um texto único o conjunto dos tratados existentes; b) a UE passa a ter personalidade jurídica; c) fixa competências exclusivas da UE, as partilhadas com Estados-membros e as ações de apoio, de coordenação ou de complemento; d) integra o conjunto dos direitos dos cidadãos da União Europeia (Carta dos Direitos Fundamentais da UE); e) institui um Presidente do Conselho Europeu, com um mandato de dois anos e meio [...]; f) cria o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros para conduzir a Política Externa e de Segurança Comum [...]; g) cria uma cooperação estruturada no domínio da defesa, assim como a Agência Europeia do Armamento, Investigação e Capacidades Militares, coordenada pelo Conselho; h) adota uma *cláusula de solidariedade* entre os Estados-membros, em caso de ataque terrorista ou catástrofe natural ou humana; i) os Parlamentos nacionais podem bloquear uma proposta de lei da Comissão se esta não estiver de acordo com o princípio da subsidiariedade; j) implementa

¹⁸⁷ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 128.

¹⁸⁸ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo**: da superação dos dogmas do estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 23.

¹⁸⁹ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 128.

o direito de iniciativa popular; k) põe termos aos vetos nacionais em alguns domínios, como a imigração e a política de asilo; l) aprovação de uma *lei* (em vez dos atuais regulamentos) pelo Conselho passa a exigir, pelo menos, 55% dos Estados-membros a que corresponde 65% da população [...]; m) qualquer Estado-membro pode sair da União Européia; n) mantém um Comissário por país até 2014. A partir desta data a Comissão será composta por 2/3 do número dos Estados-membros, com base numa rotação igualitária, a não ser que o Conselho Europeu decida em contrário; o) o Parlamento elege o Presidente da Comissão por maioria, por proposta do Conselho Europeu; p) fixa o número de deputados do Parlamento Europeu em 750, com máximo de 96 e mínimo de seis por país.¹⁹⁰ (grifos do autor)

Para entrar em vigor, a Constituição Europeia deveria ser ratificada por todos os Estados-membros. Sua ratificação deu-se por parte da Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo e Malta.¹⁹¹ Porém, dois países rejeitaram a proposta. A França realizou um referendo popular em maio de 2005, cujo resultado foi negativo à ratificação. A Holanda, três dias após, da mesma forma, realizou seu referendo popular obtendo o mesmo resultado, negativo.¹⁹²

Com a rejeição por parte desses dois países, as autoridades européias lançaram um “período de reflexão”, com o intuito de estabelecer discussões e esclarecimentos em todos os Estados-membros, sobre a proposta de constitucionalização.¹⁹³

Mesmo com a rejeição francesa e holandesa, o projeto constitucional não foi abandonado, pois sua ratificação continuava acontecendo por outros Estados-membros. A solução agora estava na Declaração n. 30 – conhecida como Declaração relativa à ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. Esta declaração

previa que se, decorrido um prazo de dois anos a contar da data de assinatura do Tratado Constitucional, quatro quintos dos Estados-membros o tivessem ratificado e um ou mais Estados membros tivessem se deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação, o Conselho Europeu analisaria a questão.¹⁹⁴

¹⁹⁰ PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Europeia como Signo**: da superação dos dogmas do estado nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 23-25.

¹⁹¹ VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia**. Presença: Lisboa, 2010. p. 131.

¹⁹² LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 31.

¹⁹³ EUROPA. SCADPlus. **Uma Constituição para a Europa**. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/constitution/introduction_pt.htm>. Acesso em: 22 mar. 2011.

¹⁹⁴ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 36.

Foi essa a solução encontrada para a frustração do projeto de constitucionalização. O Conselho Europeu, em 21 e 22 de junho de 2007, decidiu pela criação de uma Conferência Intergovernamental, conferindo-a um mandato para elaborar um novo projeto, adotando agora, não um tratado constitucional, mas sim um Tratado Reformador para a União Europeia, cujo texto foi aprovado pelo Conselho Europeu realizado em outubro desse ano, em Lisboa, ocasião em que surgiu o Tratado de Lisboa.¹⁹⁵

3.2 O Tratado de Lisboa

O Tratado de Lisboa configura mais um passo no processo de desenvolvimento da integração europeia, pois constitui uma verdadeira reforma de suas instituições e modos de trabalho. Seus objetivos principais são reforçar a democracia, a eficiência e a transparência dentro do bloco. Além disso, o Tratado Reformador prevê, ainda, orientações e regramentos voltados à segurança energética, sustentabilidade e alterações climáticas.¹⁹⁶

3.2.1 Da criação à vigência

A rejeição ao Tratado Constitucional representou um golpe contra o desenvolvimento do processo integracionista. Visando atenuar esse estrago, o Conselho Europeu, reunido em Bruxelas, nos dias 21 e 22 de junho de 2007, sob a presidência da Primeira-Ministra alemã Angela Merkel, tinha como tarefa discutir e viabilizar a criação de um Tratado Reformador dos Tratados Europeus, a ser elaborado por uma Conferência Intergovernamental, até o final de 2007. Esse novo projeto deveria estar livre de qualquer indício constitucional, bem como da inserção do dispositivo que criasse os símbolos da União.¹⁹⁷

Seguiu-se, assim, um período de intensos trabalhos até a conclusão do projeto do Tratado Reformador, em outubro de 2007. Aproveitando a rápida conclusão, o Conselho Europeu, reunido em uma Cimeira Informal, ocorrida nos dias 18 e 19 do respectivo mês, em

¹⁹⁵ EUROPA. SCADPlus. **Uma Constituição para a Europa.** Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/constitution/introduction_pt.htm>. Acesso em: 22 mar. 2011.

¹⁹⁶ EUROPA. **Tratado de Lisboa.** O Tratado em poucas palavras. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

¹⁹⁷ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia.** Ijuí: Unijuí, 2008. p. 40.

Lisboa, propôs um acordo a todos os Estados-membros, para que a assinatura do novo Tratado ocorresse em 13 de dezembro de 2007, na mesma cidade, denominando-o, portanto, Tratado de Lisboa.¹⁹⁸

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa enfrentou obstáculos por parte de alguns Estados-membros. A Irlanda, em referendo realizado em 12 de junho de 2008, rejeitou o Tratado Reformador, por temer a diminuição de sua soberania em determinadas matérias, como, por exemplo, políticas fiscais, situação de neutralidade militar e assuntos relativos ao aborto. Sanadas tais controvérsias, após a garantia do Conselho de que a soberania irlandesa em tais competências não seria afetada com o Tratado de Lisboa, conforme protocolo anexo ao documento de ratificação do Tratado, houve a realização de um segundo referendo, cujo resultado foi positivo.¹⁹⁹

Faltava ainda a ratificação por parte de Polônia e da República Tcheca. A primeira, frente ao resultado positivo do referendo irlandês, ratificou o Tratado de Lisboa em outubro de 2009, ficando, porém, fora da abrangência normativa da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia. Já a segunda, mostrou-se verdadeiramente desfavorável ao novo tratado.²⁰⁰

O presidente checo, Václav Klaus, transformou-se no principal militante contra o Tratado Reformador. Uma de suas condições para assinar o Tratado era que a República Tcheca também ficasse “fora da aplicação da Carta de Direitos Fundamentais da UE, que acompanha o Tratado de Lisboa, diante do temor de que possa dar espaço para reivindicações de indenizações por parte dos alemães e húngaros expulsos da antiga Tchecoslováquia após a Segunda Guerra Mundial”²⁰¹. A solução encontrada pelo Conselho, como no caso irlandês, foi

¹⁹⁸ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 41.

¹⁹⁹ TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **O presente e o futuro da União Européia**: desafios políticos trazidos pelo Tratado de Lisboa. In: O Direito Internacional Privado frente aos processos de Integração Regional, 2009, Florianópolis. Anais do Evento O Direito Internacional Privado perante os processos de integração regional: Desafios e Dilemas entre União Européia e Mercosul, 2009. p. 3.

²⁰⁰ TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **O presente e o futuro da União Européia**: desafios políticos trazidos pelo Tratado de Lisboa. In: O Direito Internacional Privado frente aos processos de Integração Regional, 2009, Florianópolis. Anais do Evento O Direito Internacional Privado perante os processos de integração regional: Desafios e Dilemas entre União Européia e Mercosul, 2009. p. 4.

²⁰¹ TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **O presente e o futuro da União Européia**: desafios políticos trazidos pelo Tratado de Lisboa. In: O Direito Internacional Privado frente aos processos de Integração Regional, 2009, Florianópolis. Anais do Evento O Direito Internacional Privado perante os processos de integração regional: Desafios e Dilemas entre União Européia e Mercosul, 2009. p. 6.

garantir, por meio de um protocolo, a realização das condições da República Tcheca, que por sua vez ratificou o Tratado de Lisboa.²⁰²

Após a ratificação por todos os Estados-membros, o Tratado de Lisboa entrou em vigor em 1º de dezembro de 2009, concluindo finalmente as discussões sobre as questões institucionais, alterando os Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia, sem, no entanto, os revogar. Conferiu à União Europeia um novo quadro jurídico, modernizado, para que esta possa enfrentar os desafios apresentados pelo mundo global atual.²⁰³

3.2.2 O reforço da democracia europeia

O objetivo principal do processo de integração europeu é o bem-estar dos seus cidadãos. Seguindo nesse raciocínio, o Tratado de Lisboa criou mecanismos que possibilitaram o reforço da democracia na Europa, introduzindo modificações no sistema institucional europeu, como, por exemplo, a alteração na composição de algumas das principais instituições. Alterou os processos de tomada de decisão, incluindo nesses os Parlamentos Nacionais, e, também, aumentando a participação dos cidadãos na política comunitária.²⁰⁴

Um grande avanço do Tratado de Lisboa no que tange à democracia na Europa diz respeito aos Parlamentos Nacionais, que, pela primeira vez, são incluídos no processo de decisão europeu. O Tratado assegura a transmissão direta das informações dos projetos legislativos europeus aos Parlamentos nacionais, sugerindo também, a informação destes acerca de pedidos de adesão de novos membros à União. Além disso, assegura o respeito ao princípio da subsidiariedade. Por esse princípio, “a União só pode agir desde que sua ação

²⁰² TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **O presente e o futuro da União Européia**: desafios políticos trazidos pelo Tratado de Lisboa. In: O Direito Internacional Privado frente aos processos de Integração Regional, 2009, Florianópolis. Anais do Evento O Direito Internacional Privado perante os processos de integração regional: Desafios e Dilemas entre União Européia e Mercosul, 2009. p. 7.

²⁰³ EUROPA. **Tratado de Lisboa**. O Tratado em poucas palavras. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 22 mar. 2011.

²⁰⁴ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 41.

seja necessária e complementar às ações dos Estados-membros”²⁰⁵. Assim, qualquer Parlamento Nacional poderá enviar um parecer fundamentado às instituições europeias, se entender que alguma proposta legislativa está em desacordo com tal princípio.²⁰⁶

Cabe ressaltar que as instituições europeias têm seu funcionamento orientado por princípios consagrados pelo Tratado de Lisboa. Destacam-se os princípios da atribuição, que delimita as áreas de competência da União, da subsidiariedade e da proporcionalidade que disciplinam o exercício dessas competências.²⁰⁷

O princípio da atribuição prevê que a União só poderá intervir nos casos em que tiver competência, ou seja, aquelas matérias não previstas pelos tratados como competência da União, são de competência dos Estados-membros.²⁰⁸

Como visto acima, pelo princípio da subsidiariedade, a União deverá atuar somente quando não for mais benéfica uma ação desenvolvida em nível nacional, regional ou local por parte dos Estados-membros, exceto nos casos em que haja previsão de competência exclusiva daquela, prevendo, ainda, que quando necessárias, as ações da União sejam tomadas da maneira mais próxima do cidadão, como ocorre quando os Parlamentos Nacionais participam do processo de decisão.²⁰⁹

Por fim, o princípio da proporcionalidade complementa o da subsidiariedade, obrigando a União a agir dentro dos limites necessários para atingir os objetivos previstos no Tratado de Lisboa e nos outros tratados europeus.²¹⁰

O novo tratado, visando fomentar ainda mais a democracia, estabelece mecanismos eficazes de democracia representativa e participativa. Com isso, há uma maior interação dos cidadãos com as instituições europeias, sendo possível a iniciativa legislativa popular.²¹¹

²⁰⁵ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 67.

²⁰⁶ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Reforço do papel dos Parlamentos**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/reforco-do-papel-dos-parlamentos.html>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

²⁰⁷ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 66.

²⁰⁸ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 67.

²⁰⁹ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/principio-da-subsidiariedade-e-proporcionalidade.html>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

²¹⁰ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/principio-da-subsidiariedade-e-proporcionalidade.html>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

As propostas de iniciativa dos cidadãos podem surgir em várias áreas. Abrangem

políticas de grande importância, como na área de liberdade, segurança e justiça, com destaque para o combate ao terrorismo e à criminalidade. São igualmente abrangidas outras áreas, como a política energética, a saúde pública, a proteção civil, as alterações climáticas, os serviços de interesse geral, a investigação, o espaço, a coesão territorial, a política comercial, a ajuda humanitária, o desporto, o turismo e a cooperação administrativa.²¹²

Outra inovação democrática apresentada pelo Tratado de Lisboa foi a possibilidade de desligamento da União Europeia de um Estado-membro. Até então, nenhum dos Tratados Europeus havia previsto tal faculdade. A partir de sua vigência, o Tratado Reformador dá aos Estados-membros o direito de retirar-se da União voluntariamente. Para tanto, o Estado que deseja desligar-se deverá notificar a sua intenção ao Conselho Europeu. Com isso, a partir das negociações de saída, é celebrado um acordo de retirada entre a União e o Estado, aprovado inicialmente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho por maioria qualificada. A partir da entrada em vigor desse acordo, os tratados europeus deixam de ser aplicados a este Estado.²¹³

3.2.3 Os direitos e valores consagrados

A busca de uma sociedade igualitária, onde sejam respeitados os direitos e deveres dos cidadãos, é um dos objetivos do Tratado de Lisboa. Para tanto, pela primeira vez, um Tratado Europeu dá à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia caráter vinculativo, integrando-a ao Tratado da União Europeia, por meio de um artigo que dispõe que a referida Carta possui o mesmo valor jurídico dos demais Tratados Europeus.²¹⁴

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, assinada em 7 de dezembro de 2000, figura, atualmente, como “um catálogo de direitos de que todas as pessoas deviam

²¹¹ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Reforço do papel dos Parlamentos**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/reforco-do-papel-dos-parlamentos.html>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

²¹² LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 44.

²¹³ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 80.

²¹⁴ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Carta dos Direitos Fundamentais**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/featured-articles/carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

gozar. No âmbito do direito e das competências da União, concede garantias e direitos suplementares, além de maiores liberdades, aos cidadãos europeus.”²¹⁵. No entanto, mesmo prevendo esses direitos e garantias, ela não atribui novas competências para a União.

Antes do Tratado de Lisboa a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia figurava apenas como uma declaração de direitos. A partir de sua entrada em vigor, em dezembro de 2009, ela adquire valor jurídico-vinculativo, isto é, as instituições e órgãos, ao aplicarem o Direito europeu, caso constringam ou desrespeitem os direitos fundamentais nela expressos poderão ser responsabilizados, pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que velará pelo seu cumprimento.²¹⁶

A Carta tem como objetivos principais:

- a) Colocar o Ser Humano no cerne da acção da União Europeia;
- b) Preservar e desenvolver os valores comuns;
- c) Respeitar a diversidade das diferentes culturas e tradições;
- d) Respeitar a identidade nacional dos Estados-Membros;
- e) Promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro;
- f) Assegurar a livre circulação (pessoas, bens, serviços, capitais);
- g) Assegurar a liberdade de estabelecimento.²¹⁷

Ressalte-se, no entanto, que devido à inclusão de protocolos relativos à aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nos seus respectivos atos de ratificação, o Reino Unido, a Polónia e a República Tcheca não estão sob a aplicação desta Carta.²¹⁸

O Tratado de Lisboa dotou, ainda, a União Europeia de mais um ordenamento relativo à proteção dos direitos dos cidadãos. A Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais – CEDH –, estabelecendo, para tanto, “que do direito da União fazem parte, enquanto princípios gerais, os direitos fundamentais que são garantidos

²¹⁵ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Carta dos Direitos Fundamentais**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/featured-articles/carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

²¹⁶ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 69.

²¹⁷ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Porquê uma Carta dos Direitos Fundamentais?** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/porque-uma-carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

²¹⁸ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 71.

pela CEDH e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros.”²¹⁹

Tal normativa estabelece um sistema originário de proteção dos direitos humanos, onde cada cidadão tem o direito de promover e defender o cumprimento de seus direitos. Sua assinatura deu-se em quatro de novembro de 1950, em Roma, sob a égide do Conselho da Europa, atual Conselho Europeu.²²⁰

Promovendo outra gama de direitos dos cidadãos europeus, o Tratado de Lisboa concretiza, também, o ideal de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça, previsto em todos os Tratados anteriores, mas só atualmente consolidado, pois “as decisões em matéria de justiça, liberdade e segurança tinham de ser tomadas por unanimidade pelo Conselho, sendo o papel do Parlamento Europeu e do Tribunal de Justiça Europeu relativamente limitado.”²²¹

O Tratado de Lisboa, ao adotar o procedimento da co-decisão, facilitou a tomada de decisões nessa área, possibilitando uma atuação europeia mais eficaz. Com isso, os cidadãos usufruem de prerrogativas como:

- a) A Livre Circulação de Pessoas - circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros.
- b) A Capacidade Eleitoral - eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições Municipais do Estado-Membro de residência.
- c) O Direito à Protecção Diplomática - em países terceiros e na ausência de uma representação diplomática do país, o cidadão pode recorrer a uma representação de um outro Estado-Membro.
- d) O Acesso ao Provedor de Justiça - sempre que se verificarem casos de má administração das Instituições e organismos comunitários.
- e) O Direito de Petição ao Parlamento Europeu - sobre assuntos que se enquadram no âmbito das actividades da UE e que afectam directamente os interesses dos cidadãos.
- f) O Direito de se dirigir às Instituições e aos órgãos consultivos da União numa das línguas oficiais e obter uma resposta na mesma língua.²²²

²¹⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 72.

²²⁰ EUROPA. **Glossário**. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/eu_human_rights_convention_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

²²¹ EUROPA. **Tratado de Lisboa**. Mais justiça, liberdade e segurança. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/justice/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

²²² TRATADO DE LISBOA.ORG. **Liberdade, Segurança e Justiça**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/featured-articles/carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

Para garantir a fruição de tais direitos por parte dos cidadãos europeus, tornou-se necessária a adoção de medidas conjuntas por parte dos Estados-membros, no intuito de combater a criminalidade e o terrorismo, a imigração ilegal, auxiliadas por mecanismos de cooperação judiciária entre os Estados-membros, baseada “no princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais”.²²³

O primeiro passo para a constituição desse espaço de liberdade de circulação foi dado em 1985, na cidade de Schengen, em Luxemburgo, quando os governos da Bélgica, da França, da Alemanha, do Luxemburgo e dos Países Baixos, assinaram um acordo, que recebeu o nome da cidade onde foi assinado, no qual

decidiram suprimir os controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, nas suas fronteiras internas, harmonizar os controlos nas fronteiras externas e introduzir uma política comum em matéria de vistos. Assim se criou um espaço sem fronteiras internas - o Espaço Schengen.²²⁴

Em 2007, a maioria dos Estados-membros aderiu ao Espaço Schengen, com exceção da Irlanda, do Reino Unido, de Chipre, da Bulgária e da Romênia. As regras desse acordo são também aplicadas pela Islândia e pela Noruega, embora não façam parte da União Europeia.²²⁵

No que concerne ao controle da imigração e a política de asilo, a União adotou políticas comuns dentro dos princípios da solidariedade e da partilha uniforme das responsabilidades entre os Estados-membros. Adotou-se também um sistema comum de vistos – Visa Schengen. Assim, “a União tem competência para desenvolver uma política comum em matéria de asilo [...] e também pode desenvolver uma política comum de imigração destinada a garantir [...] uma gestão eficaz dos fluxos migratórios.”²²⁶

Para garantir esta gestão eficaz dos fluxos migratórios, a União conta ainda com o Sistema de Informação Schengen, que consiste numa “base de dados que permite às forças policiais e às autoridades judiciais trocarem informações sobre pessoas que sejam objecto de um mandado de detenção ou de extradição e sobre bens roubados como, por exemplo,

²²³ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 80.

²²⁴ EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. Liberdade, segurança e justiça. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_10/index_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

²²⁵ EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. Liberdade, segurança e justiça. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_10/index_pt.htm> Acesso em: 29 mar. 2011.

²²⁶ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 95.

veículos ou obras de arte”²²⁷ bem como num sistema de cooperação policial, o Serviço Europeu de Polícia – EUROPOL – constituído por policiais e funcionários das alfândegas, que tem como objetivo controlar crimes de carácter internacional.²²⁸

A cooperação dá-se ainda em nível judiciário, tanto em matéria penal, quanto civil, baseada “no princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais, podendo incluir a adoção de medidas de aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-membros”²²⁹ constituindo a Unidade Europeia de Cooperação Judiciária – EUROJUST.²³⁰

3.2.4 A Europa no contexto mundial

A União Europeia adquiriu desde a sua criação, na década de 50, notável papel internacional. É vista não somente como um bloco econômico qualquer, mas sim, como uma potência mundial no âmbito econômico, político e comercial, haja vista sua participação em grandes organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas, por exemplo. É certo que a União Europeia desempenha um papel muito mais relevante mundialmente do que se os seus Estados-membros atuassem individualmente. Por isso, as inovações e avanços, que visam desenvolver a União, como ator internacional, são indispensáveis para que esta continue obtendo êxito.²³¹

Antes da vigência do Tratado de Lisboa, a União Europeia consistia numa pluralidade de personalidades jurídicas. Isto é, sua organização dava-se da seguinte maneira:

²²⁷ EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. Liberdade, segurança e justiça. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_10/index_pt.htm>. Acesso em: 24 mar. 2011.

²²⁸ EUROPA. **Agências da União Europeia**. EUROPOL. Disponível em: <http://europa.eu/agencias/pol_agencias/eupol/index_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

²²⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 97.

²³⁰ EUROPA. **Agências da União Europeia**. EUROJUST. Disponível em: <http://europa.eu/agencias/pol_agencias/eurojust/index_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

²³¹ EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. A União Europeia no mundo. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_11/index_pt.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

a Comunidade Européia (1º pilar) consiste numa organização internacional que é regida pelo Tratado da Comunidade Européia. A Comunidade Européia de Energia Atômica é outra organização internacional regida por seu próprio Tratado. A União Européia (2º e 3º pilares da integração européia) é outra organização internacional regida por seu respectivo Tratado.²³²

Essa repartição de personalidades era incoerente e provocava confusões acerca da atuação da União Europeia como ator no cenário internacional. Diante disso, o Tratado de Lisboa confere à União personalidade jurídica única, solucionando essa falta de clareza. Porém, “o fato de se instituir uma personalidade jurídica não significa, necessariamente, que um super-Estado irá emergir e uma união política restará consolidada”²³³, uma vez que os Estados-membros continuarão gozando de suas respectivas soberanias.

Para reforçar a concretização dessa personalidade jurídica una, o Tratado Reformador criou o cargo de Alto Representante da União para Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que possui como funções, primeiramente, presidir o Conselho dos Negócios Exteriores, nova pasta do Conselho da União Europeia, criada com o Tratado de Lisboa, e ser o vice-presidente da Comissão Europeia.²³⁴

Cabe, também, ao Alto Representante, elaborar propostas para a elaboração da Política Externa e de Segurança Comum, sendo o representante internacional da União Europeia, defendendo a posição do bloco nas organizações e conferências internacionais da qual este participe. Além disso, o Alto Representante é o responsável pela execução das decisões tomadas no Conselho Europeu dentro da matéria de política externa e de segurança comum. Para tanto, é auxiliado pelo Serviço Europeu para a Ação Externa, que conta com os serviços diplomáticos dos Estados-membros e é composto por funcionários dos serviços correspondentes no Secretariado-Geral do Conselho e da Comissão, dentre outros agentes do serviço diplomático.²³⁵

²³² LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 56.

²³³ TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **A representatividade política da União Européia: os avanços trazidos pelo Tratado de Lisboa na condução da política externa do bloco**. In: VIII Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2010, Foz do Iguaçu. Anais do Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2010. p. 6.

²³⁴ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 76.

²³⁵ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 76.

A União Europeia busca concretizar parcerias e manter relações com outras potências mundiais, bem como com organizações internacionais que estejam comprometidas ou que se orientem nos moldes dos princípios europeus. Para tanto, o Tratado de Lisboa prevê dois capítulos direcionados a tais relações, um voltado às disposições gerais da Ação Externa da União e outro com as disposições específicas dessa Ação, orientando a Política Externa e de Segurança Comum, o Serviço Europeu para Ação Externa e a Cooperação nos Domínios de Defesa.²³⁶

A Política Externa e de Segurança Comum – PESC – já foi prevista pelo Tratado de Maastricht em 1992, faz parte do Segundo Pilar que sustenta a União. Seu executor é o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política Externa e de Segurança, juntamente com os Estados-membros, nos moldes definidos pelo Conselho Europeu e pelo Conselho, que deliberam sobre ela.²³⁷

Dentro da Política Externa e de Segurança Comum está inserida a Política Europeia de Segurança e de Defesa, na qual os Estados-membros têm como objetivo estar em condições de poder mobilizar uma força de reação rápida formada pelos efetivos das forças armadas nacionais, englobando apoio naval e aéreo caso seja necessário, não configurado, todavia, um exército europeu. No entanto, a União dispõe de organizações como o Comitê Político de Segurança – CPS -, o Comitê Militar da União Européia – CMUE – e um Estado Maior da União Européia – EMUE –, colocados sobre a autoridade do Conselho.²³⁸

Ainda no que concerne à Ação Externa, o Tratado de Lisboa prevê que a União Europeia preste uma ajuda humanitária com o objetivo de “prestar assistência, socorro e proteção às populações dos países terceiros vítimas de catástrofes naturais ou de catástrofes de origem humana, de modo a enfrentar as necessidades resultantes dessas diferentes situações.”²³⁹ O Tratado de Lisboa prevê também a criação de um corpo de voluntários para essa ajuda humanitária.²⁴⁰

²³⁶ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 76.

²³⁷ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 75.

²³⁸ EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. A União Européia no mundo. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_11/index_pt.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

²³⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia**. Ijuí: Unijui, 2008. p. 108.

²⁴⁰ TRATADO DE LISBOA.ORG. **A União Européia no Mundo e a Política de Defesa**. Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/a-uniao-europeia-no-mundo-e-a-politica-de-defesa.html>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

A cláusula de solidariedade é outro mecanismo que a União e os Estados-membros dispõem em se tratando da Ação Externa. Por esta cláusula, o Tratado de Lisboa prevê que os Estados-membros ajam em conjunto caso algum deles seja vítima de ataque terrorista ou de alguma espécie de catástrofe natural ou de origem humana.²⁴¹

Mesmo sendo considerada uma grande potência mundial, a União Europeia possui problemas como todos os outros países e potências do mundo. Para evitar que estes problemas se tornem um risco ao desenvolvimento europeu, o Tratado de Lisboa prevê orientações em diversas áreas, como por exemplo, a sustentabilidade energética, as políticas de saúde pública, dentre outras, que fazem parte do cotidiano dos cidadãos europeus.²⁴²

O Tratado de Lisboa contém um título voltado ao sistema energético da União Europeia, dispondo que

a política da União no domínio da energia tem como objetivo, num espírito de solidariedade entre os Estados-membros, assegurar o funcionamento do mercado da energia; garantir a segurança do aprovisionamento energético da União; promover a eficiência energética e as economias de energia, bem como o desenvolvimento de energias novas e renováveis, além de promover a interconexão das redes de energia.²⁴³

A política energética tem também como objetivo a preservação e a melhoria do ambiente, que é outro ponto reforçado no Tratado de Lisboa. Sendo assim, União Europeia busca promover um acordo internacional para diminuir a emissão de gases poluentes, adotando, ela própria medidas ecologicamente corretas, como por exemplo, a maior utilização de energias renováveis, utilização de biocombustíveis, eletricidade e hidrogênio no transporte público, buscando um desenvolvimento sustentável.²⁴⁴ Visa ainda promover um desenvolvimento sustentável, tornando a União Europeia um promotor de tais ações.²⁴⁵

²⁴¹ EUROPA. **Tratado de Lisboa.** O Tratado em poucas palavras. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

²⁴² TRATADO DE LISBOA.ORG. **Políticas que melhoram a sua vida.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/politicas-que-melhoram-a-sua-vida.html>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

²⁴³ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia.** Ijuí: Unijuí, 2008. p. 106.

²⁴⁴ EUROPA. **Domínios de intervenção da União Europeia.** Ambiente. Disponível em: <http://europa.eu/pol/env/index_pt.htm>. Acesso em: 6 abr. 2011.

²⁴⁵ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Europeia.** Ijuí: Unijuí, 2008. p. 104.

Objetivando proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos europeus, o Tratado de Lisboa traça diretrizes para melhorar a saúde pública na União. Dentre as principais campanhas estão a luta contra o tabagismo e o alcoolismo, os alertas sobre epidemias transfronteiriças, prevendo também um sistema de cooperação entre os Estados-membros para que possam combater essas ameaças de maneira eficaz e coordenada.²⁴⁶

No que se refere à economia, o Tratado de Lisboa contém um capítulo destinado aos países integrantes da zona euro, possibilitando à Comissão “enviar um alerta ‘directo’ aos Estados-Membros cuja situação em termos de disciplina orçamental pouco rigorosa possa pôr em risco o funcionamento correcto da zona euro” (grifo do autor)²⁴⁷, garantindo o cumprimento ao pacto de estabilidade e crescimento.

A vigência do Tratado de Lisboa promoveu um grande avanço dentro da União Europeia. Seu objetivo principal é o de preparar o grupo para os novos desafios que se apresentam diariamente, promovendo o desenvolvimento dos países da Europa, principalmente os seus membros. Visa também assegurar o bem-estar de seus cidadãos, e de certa forma, o bem-estar dos cidadãos de todo o mundo.

²⁴⁶ TRATADO DE LISBOA.ORG. **Políticas que melhoram a sua vida.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/politicas-que-melhoram-a-sua-vida.html>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

²⁴⁷ EUROPA. **Tratado de Lisboa.** Políticas que melhoram a sua vida. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/better_life/index_pt.htm>. Acesso em: 6 abr. 2011.

CONCLUSÃO

A temática proposta para o desenvolvimento deste trabalho monográfico baseava-se no provável constitucionalismo do Tratado de Lisboa. O problema proposto foi justamente o de se fazer a verificação se este novo tratado reformador vigoraria como uma nova Constituição Europeia, diante do fracasso do Tratado Constitucional.

Inicialmente tratou-se da evolução histórica da União Europeia. Foram apresentados os primeiros idealizadores do projeto de unificação que incentivaram a criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica – OECE, precursora das organizações. Logo após, surgiram as Comunidades Europeias, efetivando a integração.

Outro fator relevante para a pesquisa foi o estudo dos tratados europeus. Tal estudo propiciou conhecer os motivos que levaram os países europeus a adotarem a integração como meio de desenvolvimento, tanto econômico, objetivo inicial de todos eles, quanto político, objetivo fixado modernamente. Ressalte-se ainda que os tratados, contrariamente ao que possa parecer inicialmente, não cuidavam somente da integração política e econômica dos países membros, mas também de aspectos culturais e sociais, voltados aos cidadãos europeus, garantindo-lhes, ainda, direitos reconhecidos em todos os Estados-membros da União, como consagrado no Tratado de Amsterdã, assinado em 1997.

À época de seu surgimento, na metade do século XX, a atual União Europeia era composta por apenas seis membros, ou “os seis”, como eram conhecidos. No entanto, seduzidos pelo progresso dessa integração, outros países tornaram-se membros, e outros candidatos estão com seus processos de adesão em andamento. Fator relevante a ser observado é o cumprimento dos Critérios de Copenhague, que são os requisitos essenciais para o aceite de um novo membro.

O sistema institucional europeu, tema abordado no final do segundo capítulo, mostra a organização e o avanço da política no grupo. As instituições passaram por uma modernização com o advento do Tratado de Lisboa, estão bem definidas em suas competências e áreas de atuação. O Conselho Europeu, peça importantíssima para o progresso, finalmente recebeu a denominação efetiva de instituição europeia. Ainda dentro do âmbito institucional, tem-se a repartição da competência do Tribunal de Justiça da União Europeia, tornando-o um órgão mais eficaz e acessível aos cidadãos. Além disso, figura agora como o guardião dos direitos fundamentais dentro da União Europeia.

A vinculação jurídica da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi um dos fatos mais importantes que o Tratado de Lisboa promoveu com sua vigência. Como dito anteriormente, o Tribunal de Justiça da União Europeia passa a ser o seu guardião, isto é, torna-se um fiscal de seu cumprimento por parte das instituições e órgãos europeus.

O projeto de constitucionalização da União Europeia não é recente. Data de 1984, quando foi elaborado o Plano Spinelli, com o intuito de criar a federação europeia, como apresentado no início do terceiro capítulo, no entanto, teve maior relevância com o surgimento do Tratado Constitucional, assinado na Convenção de Roma de 2004. Se aprovado, transformaria a União Europeia em uma confederação, com seus respectivos símbolos e normas.

Sua aprovação, ao contrário do que esperavam as autoridades crentes no sucesso da constitucionalização, não foi pacífica. Aprovado em vários países como Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo e Malta, foi rejeitado pela consulta à população da França e da Holanda. Fato que impediu a vigência do Tratado Constitucional.

Diante desse grave deslize no progresso de integração, as autoridades lançaram um período de reflexão. Este período serviu para o esclarecimento dos cidadãos acerca da importância de uma reforma na União Europeia. Após este período, o projeto de reforma que seria realizada pela Constituição Europeia é retomado, porém, com o abandono do caráter constitucional. Isto é, o extinto Tratado Constitucional serviu de base para a elaboração do Tratado Reformador, também denominado Tratado de Lisboa.

Como visto, o Tratado de Lisboa não acolheu o caráter constitucional do tratado que lhe fundamentou. Seu objetivo principal foi somente o de modernizar a União Europeia. Realizou importantes reformas institucionais, dotando os órgãos de maior competência e efetividade. Tornou a União uma pessoa jurídica de direito internacional público, dizimando dúvidas a respeito de sua personalidade. Promoveu a consagração de direitos ao vincular a Carta de Direitos Fundamentais. Reforçou a democracia e a participação popular no grupo.

Não há, portanto, como considerar o Tratado de Lisboa como uma ordem constitucional europeia. O que este novo ordenamento fez foi, simplesmente, tornar a União Europeia um organismo internacional ainda mais desenvolvido. Um bloco econômico capaz de realizar seu próprio progresso, assim como o progresso de seus Estados-membros, garantindo-lhes suas respectivas independências e soberanias, inclusive na hipótese de decidirem deixar de fazer parte da União.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL EUROPEU. **Eurosistema**. Disponível em: <http://www.ecb.int/ecb/educational/facts/orga/html/or_002.pt.html>. Acesso em: 17 mar. 2011.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **A Unificação Europeia**: as origens e o desenvolvimento da União Europeia. 4. ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Como funciona a União Européia**: um guia sobre as instituições da União Européia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003

CONSELHO EUROPEU. **Regulamento Interno**. Disponível em: <<http://www.european-council.europa.eu/the-institution.aspx?lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

CONSILIUM. **GLOSSÁRIO**. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=1917&lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CUNHA, Paulo de Pita. **Integração Europeia**: Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários. Lisboa: Tipografia Lousanense, 1993.

D'ARCY, François. **União Européia**: instituições, políticas e desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. A União Européia no mundo. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_11/index_pt.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. Liberdade, segurança e justiça. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_10/index_pt.htm>. Acesso em: 24 mar. 2011.

EUROPA. **A UE em revista**. A Europa em 12 lições. Liberdade, segurança e justiça. Disponível em: <http://europa.eu/abc/12lessons/lesson_10/index_pt.htm> Acesso em: 29 mar. 2011.

EUROPA. **Agências da União Européia**. EUROJUST. Disponível em: <http://europa.eu/agencies/pol_agencies/eurojust/index_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

EUROPA. **Agências da União Européia**. EUROPOL. Disponível em: <http://europa.eu/agencies/pol_agencies/eupol/index_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

EUROPA. **Banco Central Europeu**. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financial/ecb/index_pt.htm>. Acesso em: 17 mar. 2011.

EUROPA. **Comité Económico e Social Europeu.** Disponível em: <http://europa.eu/institutions/consultative/eesc/index_pt.htm>. Acesso em 17 mar. 2011.

EUROPA. **Conselho da União Européia.** Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

EUROPA. **Conselho da União Européia.** Disponível em: <http://europa.eu/institutions/inst/council/index_pt.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

EUROPA. **CURIA.** Apresentação do Tribunal de Justiça da União Européia. Disponível em: <http://curia.europa.eu/jcms/jcms/T5_5230/>. Acesso em: 17 mar. 2011.

EUROPA. **Domínios de intervenção da União Européia.** Ambiente. Disponível em: <http://europa.eu/pol/env/index_pt.htm>. Acesso em: 6 abr. 2011.

EUROPA. **Glossário.** Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/eu_human_rights_convention_pt.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

EUROPA. **Instituições e órgãos da União Européia.** Banco Europeu de Investimento. Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financial/eib/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

EUROPA. **O Euro e a União Monetária.** Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/basic-information/money/euro/index_pt.htm>. Acesso em 17 mar. 2011.

EUROPA. **Órgãos financeiros.** Disponível em: <http://europa.eu/institutions/financial/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

EUROPA. **Parlamento Europeu.** Apresentação. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/parliament/public/staticDisplay.do?id=146&language=PT>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

EUROPA. SCADPlus. **Uma Constituição para a Europa.** Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/constitution/introduction_pt.htm>. Acesso em: 22 mar. 2011.

EUROPA. **Símbolos da União Européia.** 9 de Maio, Dia da Europa. Declaração Schuman de 9 de Maio. Disponível em: <http://europa.eu/abc/symbols/9-may/decl_pt.htm>. Acesso em: 5 out. 2010.

EUROPA. **Tratado de Lisboa.** Mais justiça, liberdade e segurança. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/justice/index_pt.htm>. Acesso em: 14 mai. 2011.

EUROPA. **Tratado de Lisboa.** O Tratado em poucas palavras. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 5 abr. 2011.

EUROPA. **Tratado de Lisboa.** O Tratado em poucas palavras. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 22 mar. 2011.

EUROPA. **Tratado de Lisboa.** Políticas que melhoram a sua vida. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/better_life/index_pt.htm>. Acesso em: 6 abr. 2011.

FORTE, Umberto. **União Européia – Comunidade Econômica Européia: Direitos das Comunidades Européias e harmonização fiscal.** São Paulo, 1994.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Os processos de partilha da soberania na União Européia.** Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 52, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2010.

KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia: a organização internacional e o federalismo em questão.** Ijuí: Unijuí, 2003.

LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **O Tratado de Lisboa e as reformas nos tratados de União Européia.** Ijuí: Unijuí, 2008.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação.** Curitiba: Juruá, 1999.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **A Constituição Européia como Signo: da superação dos dogmas do Estado nacional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira de. **A União Européia e os estudos de integração regional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

STELZER, Joana. **União Européia e Supranacionalidade: desafio ou realidade.** Curitiba: Juruá, 2000.

TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **O presente e o futuro da União Européia: desafios políticos trazidos pelo Tratado de Lisboa.** In: O Direito Internacional Privado frente aos processos de Integração Regional, 2009, Florianópolis. Anais do Evento O Direito Internacional Privado perante os processos de integração regional: Desafios e Dilemas entre União Européia e Mercosul, 2009.

TOLEDO, Túlio Di Giacomo. **A representatividade política da União Européia: os avanços trazidos pelo Tratado de Lisboa na condução da política externa do bloco.** In: VIII Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2010, Foz do Iguaçu. Anais do Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2010.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **A União Européia no Mundo e a Política de Defesa.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/a-uniao-europeia-no-mundo-e-a-politica-de-defesa.html>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Carta dos Direitos Fundamentais.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/featured-articles/carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Carta dos Direitos Fundamentais.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/featured-articles/carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Liberdade, Segurança e Justiça.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/featured-articles/carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Políticas que melhoram a sua vida.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/politicas-que-melhoram-a-sua-vida.html>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Porquê uma Carta dos Direitos Fundamentais?** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/porque-uma-carta-dos-direitos-fundamentais.html>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/principio-da-subsidiariedade-e-proporcionalidade.html>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/principio-da-subsidiariedade-e-proporcionalidade.html>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

TRATADO DE LISBOA.ORG. **Reforço do papel dos Parlamentos.** Tratado de Lisboa. Senhor Europa. Disponível em: <<http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/reforco-do-papel-dos-parlamentos.html>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

VALÉRIO, Nuno. **História da União Europeia.** Lisboa: Presença, 2010.